



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Marli Batista Fidelis

**O FENÔMENO DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA
DUAL DE SOCIEDADE DE JÜRGEN HABERMAS**

RECIFE
2014



MARLI BATISTA FIDELIS



O FENÔMENO DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DUAL DE SOCIEDADE DE JÜRGEN HABERMAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em *Ciência da Informação* da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do grau de Mestre em *Ciência da Informação*.

Área de Concentração:
Informação, Memória e
Tecnologia

Orientador: Prof. Dr.
Raimundo Nonato Macedo dos
Santos

RECIFE
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

F451f

Fidelis, Marli Batista

O fenômeno da informação na perspectiva dual de sociedade de Jürgen Habermas / Marli Batista Fidelis. – Recife: O Autor, 2014.

160 f.

Orientador: Raimundo Nonato Macedo dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.

Inclui referências.

1. Ciência da informação. 2. Comunicação. 3. Comportamento informacional. 4. Competência comunicativa. 5. Opinião pública. I. Santos, Raimundo Nonato Macedo dos (Orientador). II. Título.

025.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-119)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

Dissertação de Mestrado apresentada no dia 30 de julho de 2014, por MARLI BATISTA FIDELIS ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título "**O FENÔMENO DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DUAL DE SOCIEDADE DE JÜRGEN HABERMAS**", orientada pelo Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos e **aprovada** pela Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. André Felipe de Albuquerque Fell (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Luciana de Souza Gracioso (Examinador Externo)
Universidade Federal de São Carlos

Aos meus queridos pais, aos meus irmãos, em especial a Vanda e aos meus sobrinhos, Rebeca, Lorena, Milena, Rodrigo, Jaci, Maria Antonia e Isabela.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo quanto tem dispensando para mim na academia e em todas as áreas da minha vida.

A minha abençoadíssima família, minha torre forte onde encontro abrigo, em especial a José, meu pai, e Maria, minha mãe.

Ao Professor Dr. Raimundo N. Macedo dos Santos, pela credibilidade e disponibilidade dispensadas. Em meio a tantos percalços seus ensinamentos e seu incentivo me motivaram a continuar.

Ao Professor Dr. Lourival Pinto; aos docentes do PPGCI/UFPE, especialmente a Prof^a. Dr^a. Leillah Santiago Bufrem; e a todo o corpo de servidores que fazem o Programa, nomeadamente a Suzana Wanderley.

A Gilvanedja Mendes, pela parceria, e aos demais companheiros do mestrado.

A Aline Nascimento, pela compreensão e apoio; Lenice Barbosa, pelo companheirismo de sempre; e aos demais colegas de trabalho da Seção de Registros Funcionais, notadamente, Paulo Sergio.

Aos amigos, em especial a queridíssima Jeane Freitas, pela amizade inestimável.

Grata por tudo.

*Bem aventurado o homem que
acha sabedoria, e o homem que
adquire conhecimento. Porque
melhor é a sua mercadoria do que
artigos de prata, e maior o seu
lucro do que ouro mais fino. Mais
preciosa é do que os rubis, e tudo o
que mais se possa desejar não se
pode comparar a ela.*

Salomão, Pv 3.13-15

RESUMO

O presente estudo problematiza o caráter ambivalente do fenômeno da informação na perspectiva da teoria da sociedade dual de Habermas. Entende que a informação tem se constituído enquanto vetor propulsor mais da integração funcional e fortalecimento do mundo sistêmico e menos do revigoramento da integração social e reação do mundo da vida ante a ação colonizadora do mundo sistêmico. A pesquisa se configura como teórica, fundamentada na hermenêutica habermasiana, para a qual utiliza, principalmente, a obra mais relevante de Habermas, a Teoria da Ação Comunicativa (TAC) para compreender suas principais categorias analítico-conceituais. Evidencia a necessidade de que a informação substancie ações comunicativas, de modo a promover o fortalecimento do mundo da vida e a descolonização de seus componentes simbólicos. Além disso, é imperativo refletir sobre a relação entre as ações dos sujeitos informacionais com o mundo sistêmico, para poder intervir no desenvolvimento da própria lógica sistêmica, não permitindo que tal lógica predomine sobre ações comunicativas, solidariedade e integração social. Espera-se que os trajetos hermenêuticos delineados somem-se a outros também movidos por inquietações quanto às possibilidades de potencializar os processos informacionais na direção das interações comunicativas para o entendimento mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Ambivalência da Informação. Mundo Vivido. Mundo Sistêmico

ABSTRACT

This study discusses the ambivalent nature of the informational phenomenon from the perspective of the theory of the dual society of Habermas. Considers that the information has been constituted as driving force more functional integration and strengthening of the systemic world, in detriment of reinvigoration of social integration and reaction of the Lifeworld before the colonizing action of systemic world. The search is configured as theoretical, based on Habermas's hermeneutics, and uses mainly the most important work of Habermas, called Theory of Communicative Action (TAC), to understand its main analytical and conceptual categories. Evidences the need for the information anchor communicative actions in order to promote the strengthening of the lifeworld and the decolonization of its symbolic components. Also, it is imperative to reflect on the relationship between the actions of informational subjects with systemic world, in order to intervene in the development of systemic logic, not allowing it prevail over communicative actions, solidarity and social integration. Expects the hermeneutical paths outlined here are added to others also moved by restlessness as to the possibilities to potentialize the informational processes in the direction of communicative interactions for mutual understanding.

KEYWORDS: Information. Ambivalence Information. LifeWorld. Systemic World

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PERCURSO INVESTIGATIVO.....	20
3	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU OBJETO DE ESTUDO.....	27
3.1	EXCURSO HISTÓRICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	28
3.2	INFORMAÇÃO: CONCEITO POLISSÊMICO...	36
3.3	SÍNTESE CONCLUSIVA: POR UM HORIZONTE POSSÍVEL.....	59
4	JÜRGEN HABERMAS E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA.....	67
4.1	A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA.....	71
4.2	TIPOLOGIA DA AÇÃO.....	77
5	SOCIEDADE DUAL: MUNDO VIVIDO E MUNDO SISTÊMICO.....	83

5.1	MUNDO VIVIDO.....	88
5.2	MUNDO SISTÊMICO.....	99
5.3	A AÇÃO COMUNICATIVA: PELO FORTALECIMENTO DO MUNDO VIVIDO.....	107
6	A AMBIVALÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA RELAÇÃO INTERMUNDANA.....	113
6.1	A INFORMAÇÃO NAS ESFERAS DA SOCIEDADE.....	115
6.2	INFORMAÇÃO COMO VETOR DE REAÇÃO DO MUNDO DA VIDA.....	134
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS.....	152

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura tem agregado à informação diversos fatores, valores e valorações que facilitam a produção, tramitação, acesso e uso de repertórios informacionais nos mais diversos suportes, espaços e contextos. O atual sistema de produção e os avanços nos diversos setores que formam e performam a sociedade é fundamentado pela ciência, tecnologia e informação, sendo esta última a substância para as duas primeiras. Além disso, as dimensões políticas, culturais, sociais e econômicas que constituem e fundamentam a informação estão em constantes mutações, redirecionamentos e ressignificações, dissimulando situações, necessidades e demandas que exigem da ciência da informação constantes reflexões e debates acerca do seu objeto de estudo e o contexto de sua produção, uso e acesso. Assim, refletir sobre esse fenômeno, que se apresenta com marcada ênfase em todas as esferas da sociedade, mostra-se atual e oportuno.

A ciência da informação (CI), como campo das ciências sociais que investiga as propriedades e comportamento da informação, sua utilização,

transmissão e processamento já tem atentado à realidade contextual na qual a informação transita e se movimenta. Trata-se de um contexto marcado por ambivalências sociais para povos, culturas e nações, onde a informação pode servir de instrumento tanto para a evolução social, quanto para a integração ideológica, puramente instrumental (DEMO, 2000). A CI precisa cada vez mais encontrar caminhos e formas de pensar para refletir sobre a informação ante essa realidade, como motor de progresso cultural e fortalecimento do mundo da vida¹, de maneira a reafirmar seu lugar enquanto ciência social.

Nesse sentido, os constructos teóricos habermasianos mostram-se, sobremaneira, fecundos. Habermas é considerado um dos mais influentes pensadores sociais desde a segunda metade do século XX, com sua crítica ao tecnicismo, cientificismo e ao modelo das ciências empíricas e positivistas, os quais restringem todo o conhecimento humano ao domínio da técnica. Seus estudos se voltam ao

¹ Segundo Habermas, mundo da vida é o horizonte em que os agentes comunicativos se movem na via do entendimento mútuo e integração social. Já o mundo sistêmico se constitui no horizonte em que os agentes coordenam ações e decisões na via do sucesso individual e da integração funcional.

restabelecimento entre o socialismo e a democracia, voltando suas abordagens ao conhecimento, à ética e à sociedade.

Vale ressaltar que estudiosos da ciência da informação já têm percebido o potencial das ideias habermasianas como alça teórica para investigações sobre diversas temáticas na área, dentre os quais, destacam-se Clóvis Montenegro, González de Gómez e Luciana Gracioso. Além disso, temos visto o envolvimento crescente da ciência da informação na realização do Colóquio Habermas, evento de caráter interdisciplinar, realizado anualmente, que tem promovido a interação entre pesquisadores e especialistas interessados na obra do filósofo.

Desse modo, quando utilizamos a teoria da sociedade dual de Habermas em âmbito informacional, entendemos que tal empreendimento pode se inserir na atual agenda de reflexões em torno do pensamento habermasiano, bem como na promoção da recuperação e ampliação do sentido moderno de emancipação. Assim, como González de Gómez (2009), consideramos que o processo emancipatório segue a via do diálogo, da comunicação, da interação e inter-relação social, da solidariedade e do acordo com diferentes, sendo necessário, portanto, dispor do potencial comunicativo dos sujeitos em ações de

informação para (re)construir, fortalecer e propagar as relações e processos interativos no mundo da vida.

Nesse contexto, problematizamos o caráter ambivalente da informação no contexto da teoria da sociedade dual de Habermas. Assim, nosso objetivo geral é refletir sobre o fenômeno da informação e seu aspecto ambivalente pelo prisma da teoria da sociedade dual de Jürgen Habermas. Como objetivos específicos elencamos: a) identificar as principais categorias conceituais discutidas por Habermas em sua teoria da sociedade; b) discutir o conceito de informação no âmbito da ciência da informação; c) relacionar informação aos conceitos de mundo vivido² e mundo sistêmico; d) apontar delineamentos para a informação como base de fortalecimento do mundo da vida.

Por essa via, entendemos que o constructo teórico de Habermas fornece caminhos para pensarmos a informação no centro das interações emancipatórias, no sentido de situar as unidades e sistemas de informação enquanto lócus na/da esfera

² Nesta pesquisa utilizamos os termos mundo da vida, mundo vivido ou MV, sem qualquer distinção. De igual modo, os termos mundo dos sistemas, mundo sistêmico ou MS.

pública que precisam ser (re)pensadas, estruturadas mediante a concepção de desenvolvimento, solidariedade, cidadania e democracia. Desse modo, os pressupostos habermasianos “nos ajudam pensar as bivalências, os encontros e os desencontros da sociedade atual e posicionam o conhecimento como elemento propulsor dessa situação” (GRACIOSO, 2008, p. 133).

Para obedecer à linha proposta de entender a informação na perspectiva habermasiana de sociedade, os capítulos seguintes obedecem à seguinte estruturação. No capítulo que se segue, o segundo capítulo, apresentamos a definição do percurso investigativo pelo qual a pesquisa foi conduzida. Expomos nosso objeto de estudo, apresentando o panorama das principais ideias e o caminho argumentativo seguido, chamando a atenção à importância da investigação para o campo da ciência da informação.

No terceiro capítulo abordamos, num primeiro momento, a ciência da informação (CI) e seu objeto de estudo, destacando conceitos de informação na acepção sóciocognitiva, evidenciando seu caráter humano e social. É imprescindível apresentar os principais conceitos suscitados e formulados por

estudiosos da ciência da informação para entendermos facetas e tendências que lhes caracterizam.

No quarto e quinto capítulos, apresentamos as ideias de Jürgen Habermas. Nesse momento é importante abordar as principais categorias conceituais desenvolvidas pelo autor, presentes, principalmente na Teoria da Ação Comunicativa (TAC), enfatizando os conceitos de mundo da vida e mundo sistêmico. Entender os conceitos habermasianos e suas implicações na sociedade, tais como a colonização do mundo vivido, o conseqüente surgimento das patologias sociais e a necessidade de que o mundo da vida seja fortalecido, consubstanciará as ponderações acerca das articulações da informação nos domínios da sociedade.

O cerne da pesquisa se constitui no sexto capítulo, pois é o momento das considerações a respeito das relações entre informação e as esferas da sociedade, procurando dar maior profundidade às reflexões sobre a ambivalência da informação ante o mundo vivido e o mundo sistêmico, de modo a compreender seu comportamento no processo de colonização do mundo da vida. As considerações resultantes nortearam nossas ponderações quanto à potencialidade da informação enquanto vetor de reação do mundo vivido.

Vale dizer que a temática abordada decorre de pesquisa anterior, realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no formato artigo, que teve por título “Cartadas do jogo informacional”: a perspectiva dual da informação como matriz do mundo sistêmico e do mundo vivido, no qual tecemos algumas reflexões sobre uso e acesso da informação em instituições arquivísticas, tomando por fundamento o constructo teórico de Jürgen Habermas. Assim, sentimos a necessidade de dar continuidade à pesquisa, redimensionada ao campo da ciência da informação, de maneira a aprofundar conceitos, perscrutar as relações e vislumbrar as implicações teóricas e possibilidades daí decorrentes.

Ressaltamos que nosso intuito não é trazer soluções prontas e absolutas, nem intervenções práticas para a atual conjuntura informacional. A ideia é reflexionar sobre a informação em relação com mundo da vida e mundo sistêmico, de modo a entender sua perspectiva ambivalente nessa relação intermundana. Com isso, pretendemos refletir sobre o potencial da informação como via de fortalecimento para o mundo da vida ante ao processo colonizador do mundo sistêmico.

2 PERCURSO INVESTIGATIVO

Em função dos objetivos elencados e tendo em vista a questão norteadora da pesquisa, a fase de elaboração do conteúdo foi realizada considerando as especificidades investigativas daí decorrentes. Nesse sentido, a apresentação das categorias teórico-conceituais, tanto em âmbito da CI, quanto na teoria da ação comunicativa de Habermas, definem o percurso investigativo aqui empreendido.

Segundo Rudio (2007, p. 9), a pesquisa pode ser considerada como um “conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento”. Desse modo, o homem deve tentar compreender e explicar o mundo em que vive e os seus fenômenos de forma racional e crítica. A pesquisa científica precisa estar amparada por procedimentos científicos, de modo a dispor de condições necessárias para conhecer e analisar os objetos de investigação que pretendemos estudar.

Nesse sentido, definimos como objeto desse estudo a *ambivalência da informação nas esferas da sociedade*, tomando os conceitos de *mundo vivido* e *mundo sistêmico* como parâmetros conceituais ao

desenvolvimento das nossas reflexões. Intentamos compreender o fenômeno da informação, considerando antes de tudo seu caráter ambivalente, já percebido e apontado por estudiosos como Pedro Demo.

É mister refletir sobre tal aspecto ante a realidade que se nos apresenta e perpassa os processos informacionais sobre os quais a ciência da informação debruça suas investigações. Ante a bidimensionalidade de seu objeto de estudo, que tanto contribui para a integração funcional, quanto para a integração social, faz-se necessário refletir sobre tal aspecto, pensando em horizontes possíveis que contribuam para o fortalecimento do mundo da vida, que segundo Habermas (1989) anda sendo invadido pelos imperativos do mundo sistêmico.

Nesse sentido, a pesquisa se constituirá como teórica, fundamentada na hermenêutica habermasiana, para a qual utilizaremos, principalmente, sua obra mais relevante, a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), para compreender suas principais categorias analítico-conceituais.

A compreensão hermenêutica pode alcançar a objetividade, na medida em que o sujeito que compreende aprende, através da apropriação comunicativa das objetivações alheias, a se

perceber a si mesmo em seu próprio processo formativo. Uma interpretação não pode atingir e perpassar o objeto se não na proporção em que o intérprete reflete o objeto e, ao mesmo tempo, a si mesmo, como momentos de um conjunto objetivo que abarca e constitui tanto um, quanto outro (HABERMAS, 1987, p. 191).

A hermenêutica pode ser entendida como um saber voltado para a práxis, ou seja, a compreensão da realidade que observamos e a reflexão sobre essa compreensão. A hermenêutica habermasiana está, mais especificamente, relacionada à interação comunicativa, ou à situação comunicativa que se instaura entre os sujeitos, de forma aberta e dialética, no mundo da vida.

É pertinente atentar ao que afirma Demo (2000, p. 20), sobre a pesquisa teórica: “dedica-se a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. Apesar desse tipo de pesquisa não implicar intervenção imediata na realidade, assume o papel decisivo na criação de condições para posterior intervenção. Além disso, a construção do conhecimento teórico adequado “acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada,

capacidade explicativa” (DEMO, 1994, p. 36), sendo imprescindível em qualquer área do conhecimento.

Desse modo, ao sermos inquietados pela atual conjuntura, e percebendo o lugar e papel do fenômeno informacional nos vários seguimentos da sociedade, no que concerne à crise de integração social ante ao avanço da ciência e técnica como ideologia, sentimos-nos motivados a refletir sobre tudo isso. Assim como alguns estudiosos da CI, visualizamos na teoria da sociedade dual de Habermas a via para discutir e reflexionar sobre tais aspectos. Aquiescemos, pois, que a perspectiva dual de sociedade do filósofo nos oferece elementos propícios para pensar a informação, no campo da CI, enquanto fenômeno social bivalente, corroborando com a seguinte afirmação de Gracioso (2008, p. 133):

O pensamento de Habermas pode ser um eixo para refletirmos as revoluções científicas e tecnológicas que vivenciamos atualmente na sociedade contemporânea. Não só pelo fato de esse autor ser contemporâneo e ainda vivo, mas também, principalmente, por ele relacionar teorias do conhecimento já desenvolvidas às ciências humanas e sociais de modo geral. Seus pressupostos nos ajudam pensar as bivalências, os encontros e os desencontros da sociedade atual e posicionam o conhecimento como

elemento propulsor dessa situação.

Diante disso, problematizamos o caráter ambivalente da informação no contexto da teoria da sociedade dual de Habermas, buscando entender a informação na relação intermundana. Para tanto, visando atingir os objetivos específicos, arrazoamos sobre o conceito de informação, mediante a apresentação de algumas abordagens e acepções de informação, suscitadas devido a sua relevância para o campo da CI e suas disciplinas, nas quais percebemos o preponderante caráter fisicalista que as perpassa. Posteriormente, buscamos identificar as principais categorias conceituais de Habermas, principalmente em sua obra de maior relevância, a Teoria do Agir Comunicativo, destacando os conceitos de mundo vivido e mundo sistêmico e os aspectos voltados ao fortalecimento do mundo da vida.

Percebido o predominante aspecto fisicalista e instrumental do fenômeno informacional nas acepções em âmbito da CI e apresentada a teoria da sociedade dual de Habermas e suas principais categorias conceituais, reflexionamos sobre a relação da informação e os mundos que compõem a sociedade – sistema e mundo da vida. Considerando o caráter ambivalente da informação, refletimos sobre as

consequências da visão dominante de informação ante a colonização do mundo vivido pelo sistema. Dessa discussão, arrazoamos sobre a necessidade de que informação e ações de informação se constituam enquanto vetor de fortalecimento de MV e apontamos alguns delineamentos que concorrem para esse desígnio, recorrendo a pesquisas já desenvolvidas por estudiosos da CI.

Sabemos que o contexto do surgimento da ciência da informação foi marcado pela corrida técnico-científica e o conseqüente aumento da produção informacional, e, portanto, os motivos que deram origem à CI estavam voltados, preponderantemente, ao desenvolvimento de ferramentas que viabilizassem o acesso e uso de informações em âmbito institucional. Desse modo, a visão fisicalista e instrumental de informação tem prevalecido nas investigações das chamadas "ciências da informação", como arquivologia, biblioteconomia e museologia.

A informação, as ações de informação e/ou processos informacionais têm se constituído enquanto vetor propulsor mais da integração meramente funcional, ou seja, do fortalecimento do mundo sistêmico; menos do revigoramento da integração social e reação do mundo vivido ante a ação

colonizadora do mundo sistêmico. Nesse sentido, entendemos que a teoria da ação comunicativa de Habermas, mais especificamente sua acepção de sociedade dual, fornece caminhos para pensarmos a informação no centro das interações emancipatórias, no sentido de situar as unidades e sistemas de informação enquanto lócus que precisam ser (re)pensados, estruturados mediante a concepção de desenvolvimento, solidariedade, cidadania e democracia.

Entendemos que o estudo se mostra relevante, pois intenta se inserir nas atuais discussões acerca do pensamento habermasiano no campo da CI, discutindo a informação e sua função diante das urgências sociais, contribuindo, juntamente com outras investigações, para reafirmar o lugar da CI no domínio das ciências sociais. Discutir a informação no terreno da ciência da informação, utilizando como eixo teórico as sempre atuais ideias habermasianas, pode concorrer para reafirmar o papel de seus fenômenos como agentes de mudança para o desenvolvimento sustentável, a luta contra as desigualdades e injustiças sociais, a qualidade de vida do sujeito humano, o fortalecimento da cultura, da sociedade e da personalidade.

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU OBJETO DE ESTUDO

Sendo a informação objeto de estudo da CI, para refletir sobre seu caráter ambivalente ante as esferas da sociedade, mundo da vida e mundo sistêmico, é preciso discorrer sobre as origens da ciência da informação. Conhecendo os principais fatores sociais, técnicos e científicos que deram origem a área e como influenciaram em seu caráter institucionalizado, entendemos a perspectiva adotada na relação com seu objeto de estudo.

Apesar de ser uma área recente, sendo pensada como ciência só a partir de 1940, não é tarefa fácil especificar suas origens, pois o caráter interdisciplinar já desde o seu surgimento, devido à influência advinda de diversas disciplinas como física, engenharias e sociologia dificultam o estabelecimento de limites definidos. Nesse sentido, González de Gómez (2001, p. 5) chama atenção à questão em aberto que é a constituição do campo científico ciência da informação, sendo, portanto, “difícil, para muitos; não relevante, para outros; desafiante, para alguns”.

3.1 EXCURSO HISTÓRICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O fundamento primordial que caracteriza o surgimento da ciência da informação é a necessidade de refletir sobre os procedimentos de organização, registro e difusão do conhecimento, tendo como centralidade a informação em si e seus fluxos. Visa compreender os fundamentos dessas técnicas organizacionais, que já existiam antes da CI, mas que vêm aferindo efetiva importância na história da humanidade, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

Essa necessidade de entender e dominar tais procedimentos advém da busca do ser humano, desde os seus primórdios, de organizar o conhecimento por intermédio da classificação, registro e transferência da informação. No pós-guerra, a partir do momento que ocorre a explosão informacional, com o aumento, principalmente, da produção técnico-informacional, essa urgência aumenta sobremaneira.

Segundo Silva e Freire (2012), a criação de uma área para tratar de problemas informacionais e da organização do conhecimento consiste, sobretudo, em

atentar para um campo que estabeleça uma flutuação entre diversas e distintas áreas do conhecimento. Uma área que perpassa a organização do conhecimento e a disseminação da informação, “seja no contexto científico, seja no contexto do cotidiano da sociedade global” (SILVA; FREIRE, 2012, p. 3).

A ciência da informação surge, portanto, como uma via para a) vencer as inconstâncias, incertezas e urgências em âmbito informacional que aceiravam a sociedade e b) atender a crescente demanda pela otimização de processos informacionais, como coleta, armazenamento, recuperação, acesso e disseminação da informação tecnológica e científica, cuja produção se intensificava exponencialmente a partir de 1940. Seu surgimento representa a necessidade de se estabelecer uma ciência para estudar e pensar soluções para enfrentar os problemas decorrentes do exponencial volume informacional. Assim, a ciência da informação tinha como “objetivo o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e análise de seus processos de construção, comunicação e uso” (LE COADIC, 2004, p. 25).

No rol dos acontecimentos que marcaram a CI, os estudos voltados à informação tiveram como importantes precursores Norbert Wiener, com a publicação *Cybernetics* em 1948, apresentando a

teoria matemática da informação, que constituía uma representação matemática que dissociava a informação do conteúdo, e envolvendo um emissor, um canal e um receptor. Temos também Vannevar Bush, que identificou o “irreprimível crescimento exponencial da informação e seus registros particularmente em ciência da informação” (SARACEVIC, 1996, p. 42), denominado explosão documental.

Bush foi considerado por Barreto (2007, p. 3) como “o marco zero da ciência da informação”, devido a sua obra inovadora intitulada *As we may think*, publicada em 1945, cuja explanação abordou a problemática da informação relacionada à ciência, à tecnologia e às prováveis barreiras que poderiam comprometer a sua organização e o seu uso. Nesse constructo, Bush propôs a criação de um aparato tecnológico denominado Memex, que armazenaria e recuperaria documentos por meio da associação de conceitos.

A década de 1950 representou um período de inovações para a ciência da informação direcionadas à “recuperação da informação”, que envolve, segundo Mooers, citado por Saracevic (1996, p. 44),

[...] aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas, empregados para o desempenho da operação.

Essa nova etapa de atuação mostra o desenvolvimento da ciência da informação voltada à preocupação no processo técnico para administrar e disponibilizar a informação.

Na década de 1960, as pesquisas em ciência da informação propiciaram dimensões científicas e práticas para a recuperação da informação "ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação" (SARACEVIC, 1996, p. 46). A CI emerge como uma disciplina, propondo-se a investigar

[...] as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso (SARACEVIC, 1996, p. 45).

A preocupação da ciência da informação, enquanto disciplina, em explicar questões relacionadas

à problemática da informação voltada a demandas sociais, suscita marcada relação interdisciplinar com "diversas disciplinas, que levam a interações, isto é, uma certa reciprocidade, de forma que haja, em suma, enriquecimento mútuo". (LE COADIC, 2004, p. 20).

Nessa direção, Galvão e Borges (2000, p. 9) referem-se à ciência da informação como uma "ciência recursiva que se vale dos conhecimentos já existentes nas ciências (normais), dos avanços tecnológicos e suas possibilidades", definindo-se segundo os nichos das demandas sociais.

Na década de 1970, a CI amplia sua abordagem por meio da influência do cognitivismo, voltando-se ao usuário e suas interações com os sistemas de recuperação da informação. Fundamenta-se no processo de comunicação humana, com um conceito que abrange um significado mais específico para explicar os fenômenos e os processos de tratamento da informação.

Segundo Saracevic (1996, p. 46), essa abordagem apresenta um "enfoque científico homogêneo para estudo dos vários fenômenos que cercam a noção de informação, sejam eles encontrados nos processos biológicos, na existência

humana ou nas máquinas". Foi nesse momento que houve tentativas para formalizar as propriedades da informação, por meio da aplicação

[...] da teoria da informação, da teoria das decisões e outros construtos da ciência cognitiva, da lógica e/ou da filosofia; várias formas de estudos de uso e de usuários; formulações matemáticas da dinâmica das comunicações. (SARACEVIC, 1996, p. 46).

A ciência da informação passou a considerar a dinâmica de interação entre os sistemas de recuperação da informação, os suportes que a armazenam e os sujeitos que a utilizam, buscando mecanismos que viabilizassem melhores configurações para a comunicação.

Durante a década de 1980, a área recebeu uma importante contribuição da Administração, que agregou maior visibilidade à organização e gestão dos recursos informacionais. Essa influência deveu-se ao fato dos administradores, sob os aspectos técnicos do planejamento estratégico, estabelecerem objetivos para selecionar programas de ação e execução, levando em conta os fluxos informacionais,

determinando a informação como elemento do processo de tomada de decisão.

Na década de 1990, a CI sente mais profundamente o reflexo da globalização da produção social, que intensifica a troca de informação, principalmente com a popularização do computador e da internet. O progresso tecnológico traz à área novos apontamentos que, segundo Saracevic (1996, p. 47), redimensionam a ciência da informação

[para] questões científicas e prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Caracteriza-se, portanto, um cenário de constantes mudanças gerador de novas demandas informacionais, vez que a produção da informação intensifica-se no mesmo ritmo com que se torna imprescindível para a vida dos sujeitos, por meio do "surgimento da tecnologia da informação e seus

impactos globais” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 149).

Já no século XXI, as novas tecnologias digitais da informação e da comunicação produzem efeitos significativos e notórios no crescimento da produção intelectual e na comunicação do conhecimento, trazendo à CI novos redimensionamentos, voltados à visualização da memória informacional. Esse processo pleiteia novas formas para o tratamento da informação que potencializem, sobretudo, o acesso remoto aos repertórios informacionais, vez que “se trata agora de gerenciar fluxos ininterruptos de informações e captar informações relevantes” (LE COADIC, 2004, p. 109).

Além disso, “a circulação de consideráveis quantidades de informação por unidade de tempo” (LE COADIC, 2004, p. 07), media as relações entre sujeitos, empresas, instituições e governos, redirecionando a forma de tratamento, organização e disponibilização do crescente volume informacional nos diversos segmentos da sociedade. Com isso, a preocupação em desenvolver ferramentas apropriadas à administração de sistemas e unidades de informação de forma eficiente torna-se cada vez mais evidente, principalmente orientadas às necessidades do usuário.

É esse contexto que agrega ao objeto de estudo da CI diversos significados, concebidos de acordo com a área e contexto no qual está inserido, confirmando-o, cada vez mais, como fenômeno essencialmente interdisciplinar e substancialmente social. Nesse sentido, a constituição e desenvolvimento do campo da ciência da informação precisa cada vez contemplar as mudanças sociais e culturais contemporâneas e as dinâmicas relacionadas ao acesso e uso da informação.

3.2 INFORMAÇÃO: CONCEITO POLISSÊMICO

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a informação assumiu um papel tão importante no cenário da sociedade, que ganhou status de fenômeno social e de campo técnico-profissional, passando a ser ainda mais estudada/analisaada, normatizada, organizada, selecionada, preservada e acessada, podendo se situar tanto no mundo dos interesses da esfera privada, quanto da esfera pública. Ou seja, a sistemática da informação consiste na dinamicidade de

seu fluxo ou movimento e na atmosfera de sua natureza, cujo critério primeiro e último é a funcionalidade de seus significados. Essa sistemática envolve mecanismos de origem, organização, percepção e apreensão de conteúdos atualizados, expressivos e propulsores de projeções que tanto podem servir às “cartadas” típicas da racionalidade comunicativa (mundo vivido), quanto da racionalidade instrumental (mundo sistêmico) (MEDEIROS; FIDELIS, 2013).

Além disso, as tecnologias de informação e comunicação têm sido molas propulsoras para as transformações recorrentes na sociedade, elevando a informação à posição de célula articuladora dessa atual conjuntura histórica, acentuando a necessidade dos sujeitos de se manterem informados e informando. A informação tem se tornado o “cimento” determinante das ações do sujeito contemporâneo, ao mesmo tempo em que passou a demandar discussões sobre seu próprio conceito, isto é, sobre as várias dimensões de sentido atribuídas ao termo.

Por essas vias, o fenômeno da informação cada vez mais assume seu relevo na cultura planetária, contribuindo para as inovações e as descobertas da ciência e com as transformações da vida em sociedade. Da organização de arquivos

(físicos/digitais) à convergência midiática, da gestão organizacional às necessidades individuais, das tomadas de decisão às estratégias de negócios, das políticas públicas governamentais às ações comunitárias, a informação tem se constituído no eixo singular, gerada e geradora de articulações que tanto podem coordenar ações orientadas para o entendimento, quanto para interesses finalistas (MEDEIROS; FIDELIS, 2013).

Nesse contexto, a informação torna-se, portanto, o eixo pelo qual perpassam estudos de diversas áreas do conhecimento, conferindo marcada polissemia conceitual ao termo, utilizado de acordo com seu contexto e suas articulações/aplicações. Até mesmo na linguagem cotidiana, que ora é utilizada no sentido de fato, notícia, dado, conhecimento ou conhecimento comunicado, ora é empregado para exprimir ideia, esclarecimento, comunicação ou, até mesmo, o próprio “ato de fala”.

Diante disso, o conceito de informação tornou-se objeto de estudo em diversas pesquisas em ciência da informação, no sentido de atenuar não a diversidade conceitual, mas as divergências teóricas, fruto das ações preponderantemente finalistas com que o entendimento conceitual age diante das necessidades ou dos interesses de quem constrói o

sentido. Assim, a ciência da informação compreende o termo por diferentes prismas, na contínua tentativa de contemplar suas várias nuances e/ou atenuar sua ambiguidade terminológica.

Dentre as abordagens de informação citamos o entendimento de informação constituído a partir dos estudos de Shannon e Weaver (1949), apresentado na sua teoria matemática da comunicação, que parte de uma visão physicalista e ignora seus aspectos e antecedentes históricos. Para os estudiosos, a transferência da informação é feita num período de tempo finito e, portanto, mensurável.

Atentemos o que afirma Araújo (2011, p. 547) a respeito da construção da teoria matemática da comunicação, também conhecida como teoria matemática da informação:

[...] se insere num contexto teórico e científico marcado pelas demandas do governo e do exército norte-americano por sistemas de comunicação mais eficientes, por máquinas calculadoras e processadoras de informações, por cifragens de códigos secretos, por sistemas de balística, por estratégias de cooptação de públicos, convencimento e planificação social.

Trata-se, portanto, de uma visão positivista, e não poderia ser diferente, pois estava de acordo com o pensamento e correntes teóricas vigentes à época, percebendo a informação enquanto dado a ser medido e quantificado. Não consideravam ainda que os conteúdos informacionais existem de acordo com interações sociais e como frutos dessas interações, ignorando tanto as possibilidades de sentidos que os perfazem, quanto as necessidades dos usuários que orientam o uso e acesso informacional.

A teoria matemática é deveras relevante à ciência da informação, pois enunciou, pela primeira vez, um conceito científico de informação. “Preocupados com a eficácia do processo de comunicação, [Shannon e Weaver] elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação” (ARAÚJO, 2009, p. 193), apresentando-a como o grau de liberdade que se tem ao escolher um sinal de uma mensagem.

O estudo realizado por Shannon e Weaver constituiu-se como grande passo na área da comunicação, abrangendo avanços no campo das tecnologias de informação e comunicação, abrindo diversas possibilidades para estudos nesse campo. Além disso, na área da ciência da informação, acarretou outras ponderações, reflexões e pesquisas

sobre os modos de ser da informação em âmbito da comunicação humana.

Para Buckland (1991), existem três significados principais para informação: informação-como-processo, ato de informar; informação-como-conhecimento, conhecimento comunicado sobre algo; informação-como-coisa, algo informativo. A acepção de informação-como-coisa, evidenciada pelo autor, está relacionada aos sistemas de recuperação de informação. Se algo é tocado e medido não será conhecimento, mas será alguma coisa física, possivelmente informação-como-coisa. Segundo esse entendimento, somente representações tangíveis do conhecimento e de eventos podem ser consideradas como tal.

Nessa acepção, não existe conhecimento documentado ou sistemas de acesso ao conhecimento, mas existem representações físicas do conhecimento. O conhecimento é "afetado" pelo o que é visto, lido, ouvido, observado, percebido, experimentado, ou seja, pela evidência.

O termo "evidência" implica passividade. Evidência, assim como informação-como-coisa não faz nada ativamente. Seres humanos fazem

coisas com a informação ou para a informação.
(BUCKLAND, 1991, p. 4).

Foram os documentalistas que deixaram esse legado, ao usar o termo documento não apenas para objeto-textual, mas como um termo genérico que denota informação física, ou seja, todo e qualquer objeto informativo. Assim, podem ser incluídas como coisas informativas: dados, fatos, registro armazenado em computador; textos e documentos, objetos textuais; objetos, artefatos, eventos.

Para Buckland, as representações têm as seguintes características: toda representação é mais ou menos incompleta em algum aspecto; representações são concebidas por conveniência; devido à conveniência, representações são substituições de eventos, textos, objetos; detalhes adicionais relacionam-se aos objetos, mas não às evidências; representações podem ser repetidas indefinidamente; por razões práticas, representações são mais breve que o representado.

Assim, todo sistema de informação lida diretamente com informação-como-coisa, mas é preciso criar uma ordem para manipular esse tipo de informação. A intenção envolvida nos sistemas de informação consiste em "tornar os usuários bem

informados (informação como processo) e que haja uma comunicação de conhecimento (informação como conhecimento)” (BUCKLAND, 1991). Ou seja, tudo o que é disponibilizado, manipulado, acumulado e recuperado em meios adequados é informação-como-coisa.

Já Le Coadic (2004) expõe uma abordagem sob aspectos de adequação às necessidades de compreensão dos usuários:

A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (escrita ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 2004, p. 4).

O conceito de informação abrange aspectos de compreensão, que permitem identificar a relação de sentido entre os sujeitos envolvidos, além de descrever a sua forma de transmissão e registro em

um suporte, ou seja, a necessidade de sua inscrição em suporte espacial-temporal. O entendimento de Le Coadic encerra uma visão atinente à fase atual da sociedade contemporânea, marcada pela dinamicidade e pelo redimensionamento do processo informacional, no sentido de elucidar não apenas a transmissão de significados, mas também o processo de (re)formulação de significados.

Le Coadic (2004, p. 3) também discorre sobre os conceitos ambíguos atribuídos à informação nas diferentes disciplinas, entendidos, na maioria das vezes, como

[...] uma medida de organização de um sistema: medida de organização de uma mensagem em um caso (Shannon, Weaver), medida de organização de um ser vivo no outro caso (von Bertalanffy). Pode também ser a medida da ordem das moléculas em recipiente que contenha um líquido ou um gás (Boltzmann).

De acordo com o autor, essa variação conceitual contribui para um considerável valor heurístico, muito embora recomende o conceito que está vinculado à cognição e à comunicação humana.

Outro estudioso da Ciência da Informação é Robredo (2003). No seu entendimento, a informação possui "realidade própria", por isso sua definição precisa estar relacionada a algum tipo de sistema de informação, mas não sistemas naturais – sistemas relacionados com a biologia, com a neurociência ou com comportamentos humanos –, mas a sistemas humanos, ou seja, criados pelo homem e para o homem – criados visando benefícios ou vantagens e, geralmente, fundamentados na tecnologia avançada – o que a torna difícil de ser definida genericamente.

Nessa perspectiva, para o autor supracitado, informação é tudo aquilo passível de ser registrada, duplicada, reproduzida e transmitida; conservada, armazenada, medida e quantificada; organizada, processada e recuperada segundo regras pré-estabelecidas. Assim, o autor aponta:

[...] em todos os campos do saber e em todos os domínios de aplicação, informação é simplesmente informação. O que acontece é que o que muda é a forma como nós a percebemos, ou seja, a aparência com a qual ela nos é apresentada. E essa percepção depende enormemente – para não dizer absolutamente – da forma como foi codificada, para ser processada, duplicada, armazenada, transmitida, convertida em conhecimento – que provoca uma

ação ou uma reação, uma ordem, uma decisão, um bloqueio – e que pode ser reconvertida a partir de um acervo de conhecimento e mediante algum tipo de codificação, novamente, em informação, para qualquer fim que seja. (ROBREDO, 2003, p. 20).

Na perspectiva de Robredo, é a percepção do usuário que confere significado à informação, gerada numa determinada fonte e codificada para incorporar algum tipo de sistema, mediante determinados processos técnicos. De contínuo, a informação será transmitida a um destino, ou usuário, o qual poderá transformá-la em conhecimento, podendo convertê-la em resultados posteriores de acordo com a competência informacional do receptor, podendo retornar a algum outro sistema de informação.

A visão de Robredo prepondera os avanços técnico-informacionais, pelos quais o acesso à informação é otimizado quando codificada. Tal posicionamento do autor encontra respaldo no processo de desenvolvimento da ciência da informação, evidenciando os procedimentos e sistemas tecnológicos de informação, salientando também a cognição humana para dar sentidos aos conteúdos informacionais.

Em suas considerações, Robredo (2003, p. 148), afirma que a informação:

Torna-se perceptível, transmissível, utilizável, somente através de algum processo dinâmico, com intervenção de elementos externos aos registros que, em conjunto se constituem em algum tipo de sistema; a informação registrada, armazenada em arquivos, bibliotecas (reais ou virtuais), ou bancos de dados, só volta a "vida" - como a eterna Branca de Neves - quando solicitada, eventualmente por intermédio de alguma engenhoca eletrônica, de forma, convenhamos, bem menos poética que no imaginário popular, por algum usuário em busca de "novos"[...] conhecimentos.

A informação codificada deve passar por processos técnicos no sentido de promover a ordenação, organização e o rápido acesso ao usuário, e que os sistemas, principalmente aqueles produzidos sobre bases tecnológicas de informação e comunicação avançadas, possibilitam a otimização desse acesso.

Diante disso, atentemos ao que Araújo (2001, p. 01) pondera: "a informação é uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois gera novos

estados de conhecimento". A autora ainda argumenta:

Existe uma relação entre informação e conhecimento e [...] esses elementos podem provocar transformações nas estruturas, estamos nos baseando na idéia de que o nosso estado (ou nossos estados) de conhecimento sob determinado assunto, em determinado momento, é representado por uma estrutura de conceitos ligados por suas relações, isto é, a nossa imagem do mundo, ou a nossa visão de mundo (ARAÚJO, 2001, p. 1).

Ao evidenciar a informação relacionada ao conhecimento, a autora mencionada apresenta nuances dos princípios que orientam o processo de socialização da informação, a qual entendemos ser não apenas o ato de codificar e transmitir informação, mas principalmente a relação dialógica entre profissionais da informação e usuário. É preciso conhecer as necessidades deste e definir os procedimentos coerentes ao entendimento mútuo, resolução de problemas e atendimento das necessidades.

Sendo a informação uma construção social, o usuário, como sujeito social não pode ser percebido

apenas como indivíduos “absorventes” dos sistemas, mas como inter-agentes do entendimento mútuo, da formação argumentativa e comunicativa. Além disso, a construção de sentidos e a geração de novos estados de conhecimento ante aos conteúdos informacionais são condicionados pelas inter-relações entre sujeitos-usuários, ou seja, pelas ações intersubjetivas estabelecidas no mundo social da vida.

Capurro e Hjørland (2007, p.149), tecendo considerações sobre o conceito de informação, consideram-na “no sentido de conhecimento comunicado, [que] desempenha um papel central na sociedade contemporânea”. Desse modo, os estudiosos estabelecem diálogo com outros autores, com o intuito de mapear o conceito de informação em suas relações interdisciplinares com as áreas das ciências naturais, humanas e sociais. Em suas ponderações, afirmam:

Com relação ao conceito de informação, a implicação é que o que conta como informação – o que é informativo – depende da questão a ser respondida. A mesma representação de um objeto [...] contém diferentes informações [...] Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta de uma questão. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 187).

O conceito de informação é, portanto, subjetivo e pode ser definido segundo o contexto social e cultural de diversas áreas do conhecimento. Não é algo postulado, porquanto está em constante evolução e dependente de muitas e diversificadas interpretações.

Assim, na visão de Capurro e Hjørland (2007), a informação precisa atender às necessidades de um grupo-alvo, respondendo a questões específicas desse grupo. Esse ponto de vista mostra-se pertinente às atuais demandas informacionais, tendo em vista que concebe a informação não como um produto estático, mas como um conceito intersubjetivo “voltado para os fenômenos de relevância e interpretações como aspectos básicos” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 150).

Tais necessidades serão percebidas se houver uma relação dialógica entre o profissional da informação, o usuário ou público-alvo. Nesse processo dialógico é essencial a (inter)ação orientada à livre comunicação e ao entendimento recíproco entre os sujeitos envolvidos. Isso significa que não basta direcionar estudos sobre determinados grupos de usuários com respaldo de teorias específicas para

determinar suas necessidades informacionais, mediante dados estatísticos e ações matematizantes. É preciso a atuação intersubjetiva dos envolvidos e interessados por meio das ações discursivas para redefinir o conceito de informação e atingir acordos relativamente compartilhados que possam “considerar a informação como uma força construtiva na sociedade” (BRAMAM *apud* CAPURRO; HJORLAND, 2007, p.151).

Outro estudioso que evocamos nessa discussão é Chun Wei Choo, que apresenta o conceito de informação mediante análise das principais formas pelas quais uma organização produz e usa a informação estrategicamente para o processo de tomada de decisões. Nessa perspectiva, o autor considera a informação como um elemento essencial dos processos decisórios de uma organização/instituição, ao mesmo tempo em que julga seu uso e gerenciamento consideravelmente complexo:

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são

capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação [...] a criação e o uso da informação desempenham um papel estratégico no crescimento e na capacidade de adaptação da empresa (CHOO, 2006, p. 27).

A informação é entendida como um recurso a ser manipulado estrategicamente para a obtenção de resultados eficientes e eficazes, bem como o consequente sucesso da organização/instituição. Assim, de acordo com o autor, a informação será empregada para:

a) criar significado de modo a influenciar interna e externamente a organização;

b) construir conhecimento por meio da criação, organização e processamento da informação; e

c) tomar decisões – momento de ponderar as vantagens e desvantagens decorrentes da decisão a ser tomada. Dessa maneira, o objetivo da informação, nesse contexto, é a produção do conhecimento no sentido de possibilitar o êxito organizacional.

A abordagem apresentada por Choo (2006, p. 9) discute a informação mediante um contexto teórico, “sob o ponto de vista do conhecimento humano, envolvendo três dimensões: [...] a cognitiva, a emocional e a situacional”.

A dimensão cognitiva refere-se à elaboração de estratégias de busca de informação para o preenchimento de lacunas do conhecimento. Na dimensão emocional, os diferentes métodos para buscar a informação são determinados e estão submetidos pelo estado emocional e psicológico do sujeito. Na situacional, o uso e o acesso à informação estão vinculados às especificidades da atividade ou da situação em que se centra o problema.

Para consolidar o conceito de informação diante das dimensões apresentadas, Choo (2006, p. 10) declara que a organização/instituição ou o profissional que apreender essas três dimensões “dispõe de um rico material para alavancar a geração do conhecimento e aprimorar o processo de tramitação de informações”. A inter-relação da tríade cognição/emoção/situação apresenta uma compreensão significativa no que se refere à percepção da informação como insumo para o sucesso organizacional. Assim, em um modelo organizacional:

A informação passa a ser uma comunidade do conhecimento, na qual a busca de significado, a criação do conhecimento e a tomada de decisões se integram numa cascata de busca e utilização da informação que faz a empresa mudar (CHOO, 2006, p.18).

Na perspectiva do autor, o principal objetivo do processo de informação é a conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, partilhado por meio do diálogo e do discurso dos membros envolvidos, através de um processo de partilha e socialização de experiências, diretamente relacionado à aprendizagem “de novas capacidades por meio do treinamento”. Por intermédio desse processo, surgirão momentos de processamento e de análise da informação, sendo este o momento da tomada de decisão.

Embora Choo discuta o conceito de informação situado no ambiente organizacional, o que justifica o caráter capitalista de sua abordagem, é possível evidenciar a contribuição da tríade cognição/emoção/situação para o processo de socialização da informação no mundo social da vida. Ao considerar a informação sob aspectos de relevância do sujeito e todos os fatores e relações que o cercam, cria possibilidades de transformar a informação em um conhecimento construído individualmente (conhecimento tácito) e compartilhado coletivamente (conhecimento explícito).

Outra abordagem sobre o conceito em evidência é apresentado por Malheiro da Silva (2006). Este, por sua vez, considera que a informação possui uma dupla funcionalidade semântica. Uma referente a um fenômeno humano e social “que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)” (SILVA, 2006, p. 150); a outra funcionalidade considera a informação como

[...] um objeto científico, a saber: conjunto estruturado de representações mentais emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada.

Ainda para Malheiro, a informação é fenômeno humano e social, inerente à vida em sociedade. As ideias e emoções humanas e individuais tomam forma e são “trocadas” numa “efetiva interação” entre os sujeitos sociais. Assim, a informação tanto é fenômeno de matriz individual, que surge na mente humana, que “conhece, pensa, se emociona”, como também é

coletiva, pois o sujeito “interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si” (SILVA, 2006, p. 24).

Essa comunicação de ideias e emoções acontece por meio da interação intersubjetiva motivadora do entendimento mútuo, proporcionando as construções de sentido e a autonomia dos sujeitos, ou seja, a emancipação social que, para Habermas (1989, p. 169) é um processo de racionalização, “que significa resolução dos conflitos humanos com base em discussões racionais, e evolução material equilibrada com as exigências do meio ambiente”. A partir do momento em que o sujeito entende a si mesmo e ao outro, e torna-se autônomo mediante suas experiências interativas, poderá ser considerado um sujeito em processo de emancipação.

A informação é objeto científico quando ocorre a materialização das idéias e emoções por meio de uma codificação significativa, ou seja, por meio de signos e símbolos, utilizados de acordo com as visões de mundo, normas e regras que orientam determinado(s) grupo(s) social(is). A codificação é afetada pela interação social, visto que o “ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação” (SILVA, 2006). Essa informação pode ser reproduzida

sem limites e comunicada em momentos e direções diversas, considerando que

[...] a atenção e a busca de inteligibilidade e de compreensão centra-se no ser humano e nas suas manifestações simbólicas e materiais, dentro do eixo crucial formado pela interação sujeito (ser biopsíquico) – meio (geo-sócio-cultural) e pela dinâmica da vida coletiva ou em grupo (a permanente e conflitante demarcação e interligação com o outro) (SILVA, 2006, p. 95).

Essa concepção vai além da percepção conceitual da informação em termos pragmáticos e tecnicistas, herdados da visão meramente physicalista que orientou a tradicional teoria matemática da informação. Além de considerar a dimensão cognitiva da informação, considera também a dimensão social e técnica do processo informacional.

Consideramos os posicionamentos apresentados como necessários à proposta inicial de construção teórica para esclarecer o conceito de informação, de modo a pensar em seu acesso e uso nas estruturas da sociedade. Contudo, o redimensionamento desses modelos ao contexto atual sugere o entendimento da informação como uma construção social, criada ou redimensionada como progresso do intelecto humano

interativo, isto é, como célula integradora da socialização humana. Nesse sentido, consideremos a informação como

[...] um elemento de fundamental importância, pois é através de intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a parti daí, tomam decisões sobre suas vidas, seja a nível individual ou coletivo (ARAÚJO, 1998, p. 33).

É necessário vislumbrar a informação não apenas associada a algum tipo de sistema, submetida a processos técnicos ou como resposta a questões de produção do conhecimento para tomada de decisões, mas também, e poderia dizer mesmo principalmente, como agente promotor da interação e, conseqüentemente, da emancipação do sujeito social.

De acordo com Pinto (2009, p. 42), o sujeito apreende a informação primeiramente em sua visão cognitiva, conforme suas interações sociais, pelas quais constrói, ao mesmo tempo, seu "capital cultural". A informação se move na perspectiva de inter-relação intramundana, ou seja, mediante a migração e troca entre mundos, que são os próprios domínios de ação dos sujeitos.

É nos domínios de ação (mundos) que podem acontecer redes de ações e interações para se compreender e decifrar o mundo, dando-lhe sentido para realizar novas ações, relações e interações, numa relação de significação infinita (PINTO, 2009, p. 31).

Conforme o autor citado, a informação é um fenômeno que circula socialmente, produzido e socializado de acordo com as vivências, experiências e interações vividas no mundo da vida. Para que o ciclo de informação se complete e ocorra a produção de sentido é necessário que os códigos sejam comuns para que a informação circule socialmente.

3.3 SÍNTESE CONCLUSIVA: POR UM HORIZONTE POSSÍVEL

As abordagens aqui apresentadas constituem uma amostra multifacetada de pesquisas que discutem cientificamente o conceito de informação. Contemplam abordagens polissêmicas para o termo em questão,

mostrando que o contexto, bem como o uso, são fatores determinantes para defini-la. É evidente a predominância tecnicista para explicar a informação, em seu conceito e transmissão, ponderando visões que evidenciam a mecânica de envio da mensagem centrada no emissor, nos canais de comunicação e no receptor.

Diante de tudo o que foi apresentado referente às origens e desenvolvimento da CI e aos conceitos de informação aqui abordados, faz-se necessário fazer alguns apontamentos. Tendo em vista o “problema originador” da ciência da informação, concentrado em torno do aumento da produção informacional advindo do rápido avanço técnico-científico após a Segunda Guerra Mundial, podemos afirmar que seu surgimento é marcado pelo caráter instrumental e estratégico próprio dos rumos da ciência e da técnica.

Tratava-se de um contexto conformado por uma constelação de especialistas de diversas áreas do conhecimento intensamente envolvidos na produção do conhecimento, científico e tecnológico para fins bélicos, declarados ou velados, com vistas a propiciar supremacia política e econômica. Ou seja, indivíduos racionais adotam uma atitude orientada ao êxito e, motivados por convicções monológicas, esquematizam planos de ação que interferem diretamente no estado

de coisas (ação instrumental) e/ou que influenciem as decisões das pessoas (ação estratégica), de modo a atingir a realização de determinado fim.

Como a CI surge para suprir essa demanda conjuntural específica, a ênfase tendia menos à priorização das necessidades coletivas, da solidariedade e do diálogo, e mais a do domínio sobre o estado de coisas, do individualismo e das atitudes monológicas. Porquanto precisava apresentar respostas e soluções, conforme esse contexto originador lhe exigia, os estudos da área tendiam mais ao fortalecimento dos sistemas, do instrumentalismo e da integração funcional, menos do mundo da vida, das ações comunicativas e da integração social. Seu desenvolvimento dava-se pela preponderante preocupação com a explosão documental, o armazenamento e recuperação da informação, o processo técnico-informacional.

É importante ressaltar, que a ciência da informação não se voltava apenas aos aspectos instrumentais. Como vimos, ela já surge como uma ciência social, embora suas investigações não fizessem jus a sua posição devido às necessidades aquilatadas à época. Na década de 1970, como exposto, a influência do cognitivismo suscitou questões relacionadas à problemática da informação direcionadas a aspectos

mais humanistas, voltados ao usuário e suas interações com os sistemas de recuperação da informação. Sendo que foi na década de 1990, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, que cresce a preocupação com a “efetiva comunicação” do conhecimento e da informação entre os sujeitos (SARACEVIC, 1996; CAPURRO; HJORLAND, 2007; LE COADIC, 2004).

Por essa via, o fenômeno da informação também é perpassado pela realidade conjuntural citada, vez que, como já assinalado, foi desde o fim da Segunda Guerra Mundial que o fenômeno da informação passou a assumir um novo e elevado status nos diversos segmentos da sociedade. Ao mesmo tempo em que é base propulsora do avanço em tecnologias de informação e comunicação, também se constitui fundamento para as ações do sujeito contemporâneo. Diante de sua importância, diversas áreas do conhecimento têm-lhe atribuído diversos conceitos de acordo com visão cenária, articulações e aplicações específicas. E a CI, tomando a informação e seus processos como objeto de estudo, tem abarcado em seu arcabouço diversos estudos envolvendo o conceito de informação.

Nesse capítulo apresentamos alguns conceitos e acepções de informação, suscitados devido a sua

relevância para o campo da CI e suas disciplinas, nos quais percebemos o aspecto fisicalista que os perpassa. Desde a abordagem de Shannon e Weaver (1949), em sua teoria matemática da comunicação, constituída como marco de evolução da área da comunicação e precursora de diversos estudos na ciência da informação, identificamos que as acepções mais proeminentes afinam-se ao desenvolvimento da área norteadas pelo instrumentalismo sistêmico. Embora seja notável o crescente esforço investigativo no sentido da consideração dos aspectos sociais, ou de sancionar a CI enquanto uma ciência social, parte das abordagens suscitadas estão concentradas ora na informação em si e no “emissor”, ora nos sistemas de informação e canais de informação.

Em Buckland (1991) é evidente o caráter fisicalista de sua visão, ao preponderar a informação como coisa, ou seja, como evidência que independe dos sujeitos. Já Le Coadic (2004), ainda que considere a atribuição de sentido dos usuários para informação, evidenciando a cognição, também se concentra nos processos técnico-científicos, ressaltando que informação é tudo que pode ser processado digitalmente (LE COADIC, 2004).

Robredo (2003) é um estudioso que tem apontado a necessidade de se pensar

epistemologicamente a ciência da informação, imprimindo uma visão mais social ao acesso e uso da informação. Embora tenha alcançado êxito nesse sentido, sua abordagem está voltada mais ao aspecto fiscalista quando afirma que a informação possui realidade própria e destaca a necessidade do avanço tecnológico para que a mesma realmente cumpra sua função.

Capurro e Hjørland (2007) discutem informação na perspectiva das necessidades específicas de um grupo, tendo a informação significados diferentes para interesses diferentes. Os sentidos da informação se constituíam no contexto das formações sociais e de acordo com suas ações e relações.

Abordando a informação no contexto organizacional, como via para tomada de decisões, Choo (2006) a considera sob aspectos de relevância para o sujeito e todos os fatores que o cercam. Embora apresente objetivos estratégicos para o uso da informação, o estudioso envereda pela via comunicativa quando discute a informação sob o aspecto do conhecimento humano, mediante as dimensões cognitiva, emocional e situacional.

Já Malheiro da Silva (2006) apresenta um conceito de informação na perspectiva semântica.

Assim, para o estudioso, a informação tanto é fenômeno humano e social, quanto objeto científico, levando em conta tanto a dimensão física/técnica, quando cognitiva e social. Podemos dizer que se trata de uma acepção que exprime o caráter bivalente da informação e dos processos informacionais.

Vale ressaltar que as acepções apresentadas são reconhecidamente relevantes como corpus teórico da ciência da informação, sejam centradas na dimensão física, cognitiva ou social. O que não poderia ser diferente, pois refletem o próprio desenvolvimento da área e suas articulações investigativas para responder aos problemas específicos que se impunham em cada contexto, embora a tendência fosse ouvir a “voz” do mercado, do avanço tecnológico para otimizar os processos e a progressão funcional. Sendo que, atualmente, além dessas acepções, outras abordagens vêm se projetando no campo da CI, trazendo contribuições que impelem seus avanços à esfera social, às ações comunicativas e à progressão social.

Como afirmou Saracevic (1996, p. 60), desde o seu surgimento, a ciência da informação tem contribuído no modo como a informação é manipulada, permitindo melhor compreender problemas informacionais, mediante o desenvolvimento de “um

corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais". Porém, Saracevic chamou atenção para o fato de que não apenas a CI lida com questões informacionais, sendo necessário, portanto, que na ciência da informação "os problemas sejam enfocados em termos humanos e não tecnológicos" (SARACEVIC, 1996, p. 59).

Essa necessidade de focar as questões informacionais em termos humanos se torna cada vez mais urgente ante a nossa realidade, sendo percebida por diversos estudiosos que despontam na área. Desse modo, entendemos que a teoria da sociedade dual de Habermas oferece horizontes possíveis para a CI considerar a informação (como conhecimento, como processo ou como coisa) em termos humanos, sociais e intersubjetivos. É preciso refletir sobre as possibilidades da ciência da informação subsidiar não apenas o mundo sistêmico, as ações instrumentais e estratégicas, mas principalmente o fortalecimento do mundo da vida, as interações comunicativas e a integração social.

Servir às cartadas do mundo sistêmico é necessário e, portanto, imprescindível, mas é urgente à CI contribuir para o fortalecimento do mundo da vida, pois como veremos no próximo capítulo, mundo da vida e mundo sistêmico coexistem, mas este tem

submetido aquele à inflexível e rigorosa colonização de seus componentes vitais.

É nessa direção que conduzimos nossas argumentações nesse trabalho, entendendo a informação, objeto científico da CI, como fenômeno humano e social ambivalente, podendo servir tanto às cartadas do MV, quando de MS. Conforme as acepções apresentadas e a própria origem e desenvolvimento da CI, a informação tem servido menos às ações próprias do mundo da vida do que às ações estratégicas e instrumentais do mundo sistêmico.

4 JÜRGEN HABERMAS E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Considerado o mais influente pensador social da segunda metade do século XX, Jürgen Habermas nasceu na cidade alemã de Dusseldorf, em 1929, ano da Grande Depressão que modificou a economia mundial e, também, década de fundação da Escola de Frankfurt (grupo de filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas). A vida acadêmica de Habermas

foi marcada pela Segunda Guerra Mundial, um conflito de dimensões desastrosas que modificou profundamente toda a história política, econômica, cultural e social da humanidade.

No contexto pós-guerra, integrantes da Escola de Frankfurt, motivados por esse cenário de intensas mudanças e negatividade, acreditavam que houvesse uma ligação primordial entre conhecimento racional e dominação, e isso teria determinado a quebra dos ideais modernos de emancipação social. A modernidade, que passou a ser tida como

[...] o caos da razão, seria como um momento de diferenciação das esferas de valor, na qual a busca da verdade filosófica só poderia ser revelada a partir de discussões consensuais sobre a vida pragmática e sobre a filosofia (FIEDLER, 2006, p. 88).

Habermas, tentando rescindir as limitações e os pessimismos propalados, propõe um projeto de modernidade, tendo como base de suas discussões a crítica ao tecnicismo e ao cientificismo, os quais restringem todo o conhecimento humano ao domínio da técnica e ao modelo das ciências empíricas. O filósofo visa estabelecer os vínculos entre o socialismo

e a democracia, voltando seus estudos à epistemologia, à política, à ética, além da compreensão fundamentada em padrões de linguagem usual, utilizada na comunicação interativa cotidiana.

Nessa acepção, a postura do sujeito perante a sociedade precisa ser repensada segundo uma ótica crítica, que permita a livre interação, pela qual

[...] o ser humano cria sua própria realidade e tem seus próprios estoques internos de informação, os quais são usados para compreender as informações externas e as diferentes situações em que os indivíduos se encontram em dado momento' (FERREIRA, 1995, p. 03).

Nesse sentido, Habermas valoriza "as experiências, o cotidiano, o mundo vivido, o senso comum dos indivíduos em geral, buscando com isso aproximar as realidades que estão distantes e isoladas" (SILVA; MARINHO JÚNIOR, 1996, p. 469), fazendo com que os saberes e fazeres sejam construídos e/ou reconstruídos com a participação do sujeito comunicativo e interativo.

Esse modelo de atuação do sujeito possui, segundo Froese *et al* (2003, p. 11), três idéias

fundamentais, são elas: a) a defesa da existência de uma esfera pública, onde os cidadãos expõem e discutem suas ideias, sem a intervenção coerciva externa; b) a ideia de que a lógica aplicada às ciências naturais difere da lógica aplicada às ciências humanas, essa seguindo uma lógica interpretativa, aquela, uma lógica objetiva; e c) a teoria da ação comunicativa, pela qual Habermas afirma:

[...] pretendo arguir que uma mudança de paradigma para o da teoria da comunicação tornará possível um retorno à tarefa que foi interrompida com a crítica da razão instrumental; e isto nos permitirá retomar as tarefas, desde então negligenciadas, de uma teoria crítica da sociedade (HABERMAS, 1989, p. 386).

A ação comunicativa de Habermas estabelece uma orientação que “responde ao interesse cognitivo por um entendimento recíproco e ao interesse prático pela manutenção de uma intersubjetividade permanentemente ameaçada” (FROSE *et al*, 2003, p. 12), em que a racionalidade torna-se critério fundamental para construção da argumentação, justificando uma transformação social a partir da construção de novos discursos sobre os conceitos

sistêmicos e conservadores. Para Habermas, a realidade social pode ser reconstruída e dialogada por meio das perspectivas de interação de cada sujeito, conforme expresso em sua Teoria da Ação Comunicativa.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

A Teoria da Ação Comunicativa (TAC) é considerada a principal obra de Jürgen Habermas, além de ser um dos principais alicerces da filosofia contemporânea. Foi publicada em 1981, com a proposta de “romper com a filosofia da ‘conceitualização pura’, trazendo-a para o campo da ‘perspectiva pragmática’ da atividade cotidiana comunicativa” (FIEDLER, 2006, p. 88).

As bases que nortearam os estudos para a construção da TAC dimanam, historicamente, do período pós II Guerra Mundial, justamente quando imperava o pensamento pessimista entre os fundadores da Escola de Frankfurt. O teórico buscou

superar essa desesperança por meio de “uma crítica radical à sociedade moderna industrial” (GONÇALVES,1999, p. 127), que irá direcionar de maneira crítica o pensamento das décadas posteriores à II Guerra Mundial. Para isso, aborda questões éticas e morais dividindo-as em três possíveis usos da razão prática: o uso pragmático, o uso ético e o uso moral, desenvolvendo uma teoria de sociedade fundamentada no pensamento alemão de Kant a Marx e dos teóricos críticos da Escola de Frankfurt.

Habermas fará a diferenciação do interesse humano em três pontos que geram conhecimento, sendo o primeiro a) o conhecimento do trabalho, em que o trabalho refere-se ao modo como as pessoas controlam e manipulam seu ambiente; b) o conhecimento prático, referindo à validade das normas sociais fundamentada na intersubjetividade da compreensão mútua de intenções; e c) conhecimento emancipatório, que significa o autoconhecimento ou a auto-reflexão (FROSE et al, 2003).

A TAC tem como fundamento o entendimento linguístico, fundamento ordenador das relações sociais nas sociedades contemporâneas. Para Habermas, os participantes de um contexto comunicativo devem atuar por meio da interação dialógica com os demais participantes, buscando, através da linguagem, o

entendimento mútuo, em detrimento das ações egocêntricas e coercitivas. O sujeito confere um significado às suas ações, tornando-se capaz de compartilhar percepções e desejos, intenções, expectativas e pensamentos.

De acordo com o teórico, a linguagem estrutura-se em três funções básicas: a representativa, que se refere ao mundo objetivo; a interativa, que está vinculada às relações comunicativas do sujeito com o outro no mundo social: refere-se ao respeito necessário ao mundo social e; a expressiva, que está relacionada ao repertório de vivências de cada sujeito, presente no mundo subjetivo (HABERMAS, 1990).

Nessa direção, a Teoria da Ação Comunicativa é composta por três grandes construtos: a) a teoria da racionalidade; b) a teoria da modernidade; e c) a teoria crítica da sociedade (ZANELLA, 2010). A incorporação dessas grandes linhas em uma única teoria caracteriza a singularidade da obra de Habermas na contemporaneidade, sobretudo diante de grandes crises, principalmente na ciência, que abalam as convicções relacionadas às teorias clássicas.

A TAC parte da conceituação parsoniana de três grandes âmbitos de análise: sociedade (reprodução social), cultura (transmissão cultural) e personalidade (socialização) em torno do conceito central de *sujeito capaz de linguagem e da ação*, um sujeito que emerge da intersubjetividade, presente como já dada, no mundo da vida, um sujeito que tem, como *telos* de sua ação, o dar conta de seus atos. Neste *dar conta*, linguagem e ação estão intimamente vinculados: a aquisição da linguagem, a possibilidade de ter vivenciado interações isentas de coação – únicas que possuem, segundo Habermas, a potencialidade de levar ao entendimento entre as pessoas – e a reflexividade são as características apontadas como fundamentais para a emergência daquele sujeito. Evidentemente, se a meta a ser alcançada por esse sujeito é o dar conta de seus atos, trata-se, no final, de um sujeito adulto, racional, com um domínio razoável da linguagem que lhe possibilite argumentar e com um razoável autoconhecimento ou, pelo menos, valorizado como importante. (ARDANS, 2005, p. 3-4).

Nesse contexto, o entendimento é alcançado mediante uma relação pragmática e uma atuação dos sujeitos, simultaneamente, nos três níveis do mundo da vida: o mundo objetivo (verdades das afirmações do sujeito), o mundo social (correção e adequação do sujeito às normas) e o mundo subjetivo (veracidade nas emissões dos sujeitos).

O mundo objetivo é definido por Habermas (2001, p.171) como “a totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros”, em que a atuação do sujeito caracteriza-se por um agir teleológico, descrita por Habermas (1990, p.67), como “uma intervenção causal no mundo, objetiva, efetiva e dirigida para um fim”. Isso significa dizer que, já existe um fim pré-estabelecido antes da ação do sujeito, o qual intervém no mundo mediante escolha e aplicação de meios tidos como adequados ao fim desejado.

Já o mundo social, Habermas (2001, p.171) considera como “a totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas”, em que o sujeito comunicativamente constrói sentidos, tendo sua ação orientada por normas, que representa ordenações institucionais intersubjetivamente reconhecidas como justificadas. Atores não são considerados isoladamente, mas como membro de grupos sociais, grupos nos quais já existem entendimentos de fundo, expresso em normas e valores, isto é, em expectativas generalizadas de comportamento.

O mundo subjetivo é caracterizado por Habermas (2001, p. 171), como “totalidade das próprias vivências, as que cada qual tem um acesso

privilegiado e que o [sujeito] pode manifestar verazmente em público”. O sujeito é visto como um ator que estiliza suas próprias vivências, regido por ação dramaturgica, que constitui um saber proveniente de subjetividades e cujos valores são estabelecidos e interpretados segundo as experiências do próprio sujeito.

Esses três mundos compreendem uma análise e uma interpretação do mundo mediante intenções comunicativas, que os relacionam diretamente com os componentes estruturais do mundo da vida: sociedade (reprodução social), cultura (transmissão cultural) e personalidade (socialização).

Assim, a TAC apresenta uma possibilidade de transpor a filosofia da consciência, inserindo uma nova visão acerca da participação do sujeito em sociedade, por meio da crítica elucidada em perspectivas de práxis emancipatória.

[Habermas] se propõe a discutir a noção de racionalidade de uma perspectiva evolutiva de compreensão moderna do mundo, procurando demonstrar o nexo entre a teoria da racionalidade e a teoria da sociedade, sustentando que é preciso uma teoria da ação comunicativa para situar adequadamente a

problemática da racionalização social (FREITAS, 2006, p. 47).

Diante do exposto, Habermas pretende revitalizar a proposta de modernidade por intermédio de uma “perspectiva evolutiva de compreensão moderna do mundo” (FREITAS, 2006, p. 47). Nesse processo, o diálogo e o consenso dotam o sujeito de competências naturais de fala e de ação, permitindo interagir com os outros e com o mundo por intermédio da socialização de conteúdos.

O agir comunicativo torna-se critério fundamental para construção da argumentação, justificando uma transformação social a partir da construção de novos discursos sobre os conceitos sistêmicos e conservadores, cujas raízes se firmam na ciência positivista. Ou seja, para Habermas, a realidade social pode ser reconstruída e dialogada por meio das perspectivas de interação de cada indivíduo.

4.2 A TIPOLOGIA DA AÇÃO

Para melhor entendermos a construção teórica de Habermas é preciso entender as distintas manifestações de ação discernidas pelo estudioso: normativa, dramatúrgica, teleológica (instrumental e estratégica) e comunicativa. Ressaltamos que Habermas (1982) apresenta a distinção entre o falar e o agir, ou seja, entre as “ações em sentido estrito”, como atividades desenvolvidas para atingir um propósito sem intervenção linguística, e os “proferimentos linguísticos como atos”, ou atos de fala, como ações linguísticas voltadas para o entendimento com o outro.

A *ação normativa* pressupõe um consenso valorativo entre os participantes (HABERMAS, 1982). Assim, trata-se da ação racional regulada por normas e refere-se à orientação das ações de um determinado grupo social de acordo com seus valores comuns, em que o ator segue ou transgride uma norma por meio das condições pelas quais a norma se aplica. As ações são executadas de modo a cumprir uma expectativa geral de comportamento, instituída por intermédio do consenso prognosticado. Ao executá-la, o sujeito relaciona-se com o mundo objetivo e com o mundo social regulado normativamente, ao passo que a linguagem é utilizada como meio para transmitir valores culturais.

A *ação dramatúrgica* apóia-se na relação impressionista em que o ator se põe em cena para convencer determinado público (HABERMAS, 1982). Num processo interativo, os participantes consideram como público um ao outro, para o qual apresentam a si mesmo. Assim sendo, os atores suscitam em seu público uma imagem apresentada de modo subjetivo visando impressionar, aproveitando as circunstâncias e sua interação por meio da regulação e controlando o acesso recíproco à subjetividade de cada um. Isso envolve a relação do mundo subjetivo do agente com os mundos subjetivos de outrem. Nesse caso, os proferimentos linguísticos são utilizados racionalmente como meio para auto-representação.

Já nas *ações teleológicas*, “o ator realiza seus fins ou faz que se reproduza o estado desejado, erigindo numa dada situação, meios que ofereçam perspectivas de êxito” (HABERMAS, 1982, p. 3). Caracteriza-se pelas convicções monológicas de sujeitos racionalmente motivados, que se auto-referenciam quando na coordenação de situações, adotando uma atitude orientada ao êxito. Para isso, traça um plano da ação voltado à realização de um fim, e para consumá-la o ator domina uma situação, a qual interpreta de acordo com suas convicções subjetivas, podendo escolher entre a ação

instrumental e a ação estratégica para efetivar seus planos e atingir seus propósitos.

A *ação instrumental* corresponde à ação racional não interativa, constituindo-se na relação entre sujeitos e objetos não sociais, ou seja, é a extensão do âmbito da ação técnica e o incremento das capacidades de direção e de cálculo dos processos sociais. "Especializa as orientações de ação em termos de competência pelo dinheiro e pelo poder e coordena as decisões através de relações de mercado ou de relações de dominação" (HABERMAS, 1982, p. 4). Nesse tipo de coordenação de situações, o ator intervém no mundo objetivo de forma solitária, de acordo com regras tecnicistas, eficientes para intervenção no estado de coisas.

Já na *ação estratégica*, os atores estão orientados ao sucesso, visando as consequências do seu agir, influenciando externamente sobre as decisões e motivos de outros (HABERMAS, 1989). A ação estratégica trata-se, portanto, de uma ação social, em que os sujeitos atuam de acordo com suas próprias convicções, com o intuito de provocarem efeitos perlocucionários para a realização de seus planos de ação. Esse tipo de ação resulta na coisificação do outro, uma vez que este é considerado o insumo para a realização de seus propósitos. Desse modo, ao agir

estrategicamente, o sujeito vai além das ações instrumentais, pois além de interferir diretamente no estado de coisas (mundo objetivo), interfere por meio da influência também sobre as decisões de outros sujeitos (mundo subjetivo). A linguagem atua como meio de transmissão de informações, de modo a induzir comportamentos de outrem, com o intuito de produzir determinado tipo de intervenção no mundo, relacionando-se diretamente com os mundos objetivo e social.

Ao contrário disso tudo, a *ação comunicativa* é uma “interação simbolicamente mediada”, que se orienta segundo normas definidoras das expectativas recíprocas de comportamento social, entendidas e aceitas pelos sujeitos (HABERMAS, 1987). Trata-se de uma ação social, fundamentada na mútua cooperação, mediada pela linguagem, na qual participantes compreendem-se sobre algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, de maneira simultânea, visto que, estes três componentes (re)definem as interpretações e definições elaboradas pelos sujeitos falantes/ouvintes.

Mediante essa tipologia, destacamos três aspectos fundamentais que distinguem os tipos de ação. A primeira distinção apontada pelo filósofo é a existência de ações sociais e não-sociais. Desta última

categoria faz parte a ação instrumental pela qual os atores visam interferir diretamente no estado de coisas, enquanto que as ações dramáticas, normativas, estratégicas e comunicativas são sociais, pois a interação envolve pelo menos dois sujeitos.

Outra diferença é que a forma de coordenação da situação escolhida pelos sujeitos definirá sua relação com o mundo. Quando o sujeito age normativamente, estabelece um relacionamento direto com os mundos objetivo e social representados pela normatividade; quando dramaturgicamente, o relacionamento será diretamente com o mundo subjetivo de cada participante. Já se o sujeito age instrumentalmente, a relação será diretamente com o mundo objetivo; mas, se coordenar suas ações estrategicamente, a relação será com os mundos objetivo e social representados pelos sistemas de decisões. Porém, se os sujeitos agirem comunicativamente o relacionamento se dará ao mesmo tempo com os mundos objetivo, social e subjetivo.

Há ainda outra distinção fundamental entre essas ações que é quanto aos atos de fala, na medida em que estes podem ser proferidos visando efeitos

ilocucionários³ ou perlocucionários. Quando perseguidos os efeitos perlocucionários, as coordenações de uma determinada situação podem ser feitas normativamente, dramaturgicamente ou estrategicamente, pois no agir comunicativo os atos de fala só podem ser proferidos para efeitos ilocucionários, visto que a ação comunicativa está voltada ao entendimento intersubjetivo.

5 SOCIEDADE DUAL: MUNDO DA VIDA E MUNDO SISTÊMICO

Na busca por romper com a filosofia da consciência e superar as crises da sociedade moderna, Habermas constrói sua teoria tomando por base o conceito dual de sociedade, referindo-a como mundo dos sistemas (MS) e como mundo da vida (MV), duas esferas coexistentes na construção social. Assim, o

³ Têm-se fins ilocucionários quando a pretensão do falante é de transmitir o sentido do que é dito e chegar a algum acordo sobre esse sentido. Em fins perlocucionários, ao contrário, o falante se utiliza da linguagem para convencer, manipular o ouvinte.

sistema refere-se à reprodução material, dinâmica do desenvolvimento, regida pela lógica instrumental (adequação de meios a fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia).

O MV, por seu turno, refere-se a um universo cooperativo de entendimento mútuo, onde os sujeitos, mediante relações intersubjetivas, chegam a consensos possíveis, trocam saberes, compartilham vivências, exercitam acordos e expressões significativas, mesmo sem ser necessário teorizar sobre tudo isso. Ou seja, o mundo da vida é uma base natural que abraça a todos desde o nascimento.

Essa relação dialética fundamenta a crítica social, suscitando discussões racionais, evolução material equilibrada às exigências do meio, através da integração entre a razão dominante (instrumental) e a razão emancipatória: a comunicativa, fundada na linguagem. Esta razão se expressa pela busca do consenso entre os sujeitos, por intermédio do diálogo e pela inter-relação entre mecanismos do universo, isto é, a cultura, a sociedade e a personalidade, visando o entendimento mútuo entre os sujeitos, povos e nações.

Nesse contexto, Habermas sugere um sujeito dotado de uma atitude crítica para interpretar e vivenciar o mundo, capaz de revigorar suas próprias competências, cuja atuação acontece em uma esfera pública:

[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (HABERMAS, 2001, p.92).

O espaço público, portanto, é o lugar ideal para a evolução da razão comunicativa, em que os sujeitos participam de uma comunicação intersubjetiva e livre de coerções, prevalecendo o diálogo como processo para validar o melhor argumento e alcançar o consenso nas situações cotidianas da vida.

Isso significa que quando o sujeito questiona ou procura entender algo no mundo, o diálogo suscita argumentos mediados por enunciados inteligíveis aos interlocutores, sem relações coercitivas, prevalecendo relações dialógicas, cuja comunicação sem entraves articula uma condição ideal de discurso, que

[...] pode apenas ser afirmada reflexivamente, com base na unidade de razão (ou em uma conformação racional do mundo, a 'realização da razão'). A unidade da razão teórica e da razão prática torna-se [...] o problema-chave das modernas interpretações do mundo, que perderam o caráter de imagens do mundo (HABERMAS, 1989, p. 2).

Essa reflexão só será possível por intermédio de um processo de emancipação, não apenas como uma abstração, mas enquanto possibilidade fundada na realidade, concretizada em contexto e condições ideais de discurso. Tais condições de acordo, já se encontram inscritas nas relações cotidianas voltadas ao entendimento mútuo. Portanto, é no cotidiano que o sujeito emancipado vai modificando suas imagens de mundo de modo a submetê-las a avaliações reflexivas.

Para Habermas, a solução para uma sociedade emancipada seria a crescente democratização da tomada de decisões e a substituição de consensos obtidos ideologicamente por consensos obtidos comunicativamente através do melhor argumento, e não por meio da imposição dos imperativos sistêmicos – dinheiro e poder. É dessa maneira que a colonização do mundo da vida se estagnaria, ou mesmo se retrairia, possibilitando o revigoramento e utilização dos recursos imanentes ao MV.

Porém, isso não significa que Habermas se coloca contra as ações instrumentais proporcionadas pela ciência e pela técnica. Ao contrário, ele compreende que essa racionalidade instrumental é necessária à manutenção do homem, suprimindo necessidades e ampliando-lhe possibilidades mediante o desenvolvimento tecnológico, institucional e cultural.

O posicionamento do filósofo é contra a penetração desse instrumentalismo em esferas onde deve prevalecer a ação comunicativa, tão recorrente na sociedade contemporânea. A irrupção da racionalidade instrumental na interação social tem suscitado graves patologias sociais, gerando no sujeito contemporâneo o individualismo, os conflitos e as guerras, as desigualdades e injustiças sociais. Assim, é fundamental que o homem retome seu papel de sujeito ativo através do agir comunicativo.

É necessário que exista um equilíbrio entre MS e MV, de modo que um não se sobreponha ao outro, constituindo, segundo Habermas (2001, p. 215):

Um sistema que tem que cumprir as condições de mantimento próprias dos mundos socioculturais da vida [mediante] relações de ações sistematicamente estabilizadas de grupos integrados socialmente.

Desse modo, a luta é pela reação do mundo da vida para que o mundo dos sistemas não venha a “estrangulá-lo” por meio das invasões ou colonizações a que está sujeito, enfraquecendo-o. Para isso, a sociedade precisa ser concebida sob a perspectiva de sujeitos sociais agentes e participantes dessa sociedade, fundamentados através de processos comunicativos de (re)construção sócio-culturais das práticas sociais voltadas à busca do entendimento intersubjetivo e de vivências solidárias no mundo cotidiano.

A teoria crítica habermasiana, portanto, não assume o “conteúdo” daquelas “soluções” históricas por meio da revolução. A emancipação constitui-se por uma práxis comunicativa invariável entre sujeitos histórica e socialmente informacionais/interativos, cujos resultados – falíveis e sempre modificáveis – pretendem alcançar acordos entre si por meio do livre convencimento.

5.1 O MUNDO DA VIDA

Ao executar um ato de fala num processo de interação comunicativa, o falante recorre a um determinado horizonte de interpretação, buscando os recursos necessários ao entendimento, de modo a estabelecer relações intersubjetivas mediadas pela linguagem. Esse horizonte ao qual o falante recorre é o *mundo da vida*, o “chão” que complementa o conceito de ação comunicativa.

O mundo da vida constitui, pois, o *contexto* da situação de ação: ao mesmo tempo, ele fornece os *recursos* para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação (HABERMAS, (1989, p. 167).

De acordo com o autor, o mundo da vida é o solo da *práxis* comunicativa, o “horizonte em que os agentes comunicativos se movem”. (HABERMAS, 2001, p. 169). Constitui-se como depósito de auto-evidências organizado culturalmente e representado linguisticamente, resultado da vivência cotidiana, na qual os participantes utilizam elementos relevantes a uma dada situação.

O MV se funda como saber pré-teórico e, é o espaço espontâneo da linguagem orientada ao

entendimento mútuo. É o palco onde os sujeitos se movem, onde ocorre o desencadeamento dos fenômenos, a fundamentação do pensamento e o enraizamento das vivências. Nele, os sujeitos são capazes de reconstruir suas próprias verdades, posicionando-se diante de um contexto comunicativo comum (consensual), produzindo e recriando sentidos por intermédio de discussões dialógicas.

Habermas (2001, p. 196) afirma:

Ao coordenar suas ações através do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica, os participantes, na interação fundamentam-se em pertencimentos a grupos sociais cuja integração simultaneamente válida.

Os sujeitos participantes de processos interativos coordenam suas ações intersubjetivamente com intuito de validarem suas pretensões por intermédio de argumentos passíveis de críticas, fundamentando-se em vivências e pertencimento a determinado grupo social. Desse modo, o sujeito participa da (re)construção do saber, coletivamente, alcançada mediante a força da argumentação que resultará em um consenso.

Assim, quando os participantes se munem de interpretações, provindas de seu acervo cultural na interação estão também reproduzindo seu lugar social e suas próprias identidades. Isso significa que o conceito de mundo da vida “possui validade geral e de que, portanto, pode aplicar-se a todas as culturas e épocas” (HABERMAS, 2001, p. 205), configurando-se na concretude das convicções e evidências que propiciam aos sujeitos o reservatório de interpretações, ao mesmo tempo em que os conferem individualização subjetiva ou formação e (re)afirmação de sua identidade.

O mundo da vida constitui, em relação com aquilo que em uma situação se discute, um contexto mediato acessível em princípio. Como celeiro de convicções e evidências, é o lugar do agir comunicativo, é um lugar transcendental, em que orador e ouvinte se encontram e, assim, podem planejar reciprocamente argumentações em concordância com o mundo (objetivo, subjetivo e social); criticar e exhibir os fundamentos dessas pretensões de validade; resolver seus desentendimentos e chegar a um consenso.

Assim sendo, na perspectiva dos participantes voltada para a situação, o mundo vivido, em sua totalidade, permanece inacessível à tematização, pois

se trata de um saber implícito e pré-teórico. Dessa forma, a situação representa um fragmento desse mundo, delimitado em relação a um tema, que está em conexão com os interesses e metas de ação de pelo menos um dos participantes. Logo, toda situação surge a partir de um acervo cultural de saber que nos é familiar, visto que o mundo da vida é o lugar em que os sujeitos falantes/ouvintes podem se encontrar. "Falantes e ouvintes se entendem desde, e a partir de, o mundo da vida que lhes é comum sobre algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo" (HABERMAS, 2001 p. 179).

Segundo Habermas, para Husserl e Alfred Schutz, o mundo da vida tem uma abordagem fenomenológica, analisando-o em termos culturalistas, mas também como um processo de participação do sujeito, em que este desenvolve, confirma e renova sua identidade individual, dentro de um grupo social. Já para Durkheim, o mundo da vida é como "um componente estrutural que através das relações interpessoais legitimamente regulada que fixa o status, isto é, os direitos e deveres dos membros do grupo" (HABERMAS, 1999, p. 160), relacionando-se com o conceito de solidariedade.

Desse modo, considera:

[a] solidariedade social tem que vir assegurada por meio de normas e valores: segue sendo, o mesmo que a mecânica, expressão de uma consciência coletiva, em que se trate de uma consciência coletiva transformada em suas estruturas. Essa consciência não pode substituir-se por um mecanismo sistêmico como o mercado, o qual coordena efeitos agregado das ações regidas por interesses particulares". (HABERMAS, 1999, p. 165).

A solidariedade social divide-se em duas formas: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A primeira é peculiar às sociedades pré-capitalistas, que identificam as similaridades entre os sujeitos como membros de uma coletividade, cujos valores e sentimentos são reconhecidos por meio da família, da religião, da tradição e dos costumes. E a segunda, presente nas sociedades capitalistas, institui a divisão do trabalho social, em que os sujeitos são diferentes e essenciais, mas que estão ligados socialmente, sendo interdependentes, mas que são diferentes.

Apresentando uma visão baseada na psicologia social, Mead, aborda o conceito de mundo vivido, relacionando-o ao aspecto de socialização de indivíduos, representantes do "interrelacionismo

simbólico” (HABERMAS, 1999, p. 199) como meio sociocultural de uma ação comunicativa, cujas interações são regidas por normas e mediadas linguisticamente. Para isso, reconstrói “a emergência do mundo sócio-cultural como trânsito a uma etapa de interação, primeiro mediada por símbolos e depois linguisticamente” (HABERMAS, 1999, p. 168).

As visões desses e de outros teóricos com os quais Habermas dialoga evidenciam a força da socialização como reconhecimento da participação intrínseca do sujeito na sociedade. Isso contribui para fundamentar o conceito cotidiano do mundo da vida, onde “os agentes comunicativos localizam e datam suas emissões no espaço social e no tempo histórico”, definindo “a totalidade dos estados de coisas que podem ficar refletidas em histórias verdadeiras” (HABERMAS, 1999, p. 193).

Na teoria habermasiana, o mundo vital

[não] somente forma o *contexto* para os processos de entendimento mútuo, mas também fornece *recursos* para isso. O mundo da vida comum em cada caso oferece uma provisão de obviedades culturais donde os participantes da comunicação tiram seus esforços de interpretações os modelos de exegese consentidos. (HABERMAS, 1989, p. 166).

É por isso que os participantes da ação comunicativa se entendem entre si, possibilitando a renovação do saber cultural, a integração social e a formação de identidades pessoais, reproduzindo contínua e simultaneamente as estruturas simbólicas do mundo da vida: cultura, sociedade e personalidade.

Chamo cultura o acervo do saber, em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entenderem-se sobre algo no mundo. Chamo sociedade as ordenações legítimas através das quais os participantes na interação regulam suas pertencas a grupos sociais, assegurando com isso a solidariedade. E por personalidade entendo as competências que convertem a um sujeito em capaz de linguagem e de ação, isto é, que o capacitam para tomar parte em processos de entendimento e para afirmar neles sua própria identidade. (HABERMAS, 2001, p. 196).

Estes componentes estruturais, apesar de formarem grandezas distintas, entrecruzam-se, formando o mundo vivido. É assim que podemos entender o sujeito comunicativo, fruto dos processos de socialização e de aprendizagem aos quais está submetido no contexto do mundo vivido. O saber

espontâneo do MV fortalece suas estruturas de modo peculiar: no componente estrutural "cultura" incide os processos de entendimento e a base de interpretação transmitidos através das gerações; no componente estrutural "sociedade" estabelecem-se as redes de interações sociais e a base de valores e normas que permeiam as relações interpessoais legitimamente reguladas; no componente "personalidade" emergem os processos de socialização mediante a identidade dos modos de percepção e das competências. Assim, o saber do MV alimenta-se e, ao mesmo tempo, nutre estes componentes, formando o sujeito comunicativo.

Nesse sentido, como estrutura simbólica, o mundo da vida é o horizonte de entendimento, pelo qual os atores se entendem sobre algo no contexto cultural (mundo objetivo), nos ordenamentos que regem os grupos sociais (mundo social); a partir das estruturas da personalidade (mundo subjetivo). Logo, quando o sujeito social percorre processos de interação voltados ao entendimento, suscita algo no mundo objetivo, no mundo social e, no mundo subjetivo. Estes três mundos contribuem às emissões dos proferimentos na interação dialógica, ao mesmo tempo em que fornecem os fundamentos para a compreensão/interpretações como fundamento do entendimento.

Nesse processo de interação, a linguagem, como a grande protagonista do agir comunicativo, possui atribuições basilares: instiga o entendimento mútuo, propicia a coordenação das ações e promove a socialização. O *médium* linguístico constitui-se como a estrutura que fortalece o mundo da vida, visto que por meio do entendimento linguístico seus componentes estruturais corporificam-se e reproduzem-se, possuindo funções específicas para cada um deles: a função cognitiva, responsável pela aquisição, transmissão e crítica do conhecimento cultural; a função apelativa, responsável pela coordenação de ações e pretensões de validade reconhecidas intersubjetivamente; a função expressiva, que possibilita a formação da identidade no plano da personalidade.

De acordo com Habermas, é a linguagem que permite que algo no mundo vivido seja apresentado como fato (mundo objetivo), como norma (mundo social) ou como vivências (mundo subjetivo), delimitado em relação a um tema. Constitui-se como a estrutura das condições de possibilidade da prática comunicativa cotidiana do mundo da vida, adquirindo *status* transcendental. Nessa prática comunicativa, existem expectativas de validade que precisam ser atendidas na situação de fala: a) que os conteúdos

transmitidos sejam compreensíveis; b) que haja veracidade nos proferimentos dos interlocutores; c) que os conteúdos propostos sejam verdadeiros e; d) que os interlocutores ajam de acordo com normas e valores legitimados (HABERMAS, 2001).

Assim, para que o consenso seja obtido é necessário que os argumentos atinjam estas expectativas de validade. É dessa maneira que a linguagem substancia o agir comunicativo, motivando a convicção e gerando consenso entre os participantes de processos interativos, ao mesmo em que é marcada pela cultura, pois a capacidade semântica de uma linguagem tem que ser proporcional aos conteúdos culturais dos padrões de interpretação, evolução e expressão que essa linguagem acumula.

Desse modo, os componentes do MV são permeados pela utilização da linguagem orientada ao entendimento, caracterizando a ação comunicativa, o que não implica dizer que o agir teleológico esteja desvinculado do mundo vivido. Ao contrário, as ações e interações voltadas ao êxito emergem e estabilizam-se nesse horizonte de evidências e convicções, sobretudo quando as ações orientadas ao entendimento fracassam, resultando na sobreposição do agir orientado ao sucesso sobre o agir voltado ao entendimento.

Nessa direção, Habermas discute a distinção entre a integração social, referente às estruturas do mundo vital, e a integração funcional, resultante de ações teleológicas, voltadas a fins pré-determinados. A integração social visa a coordenação de ações interpessoais legitimamente reguladas para a comunicação livre de coerções, em um espaço social de interação discursiva e argumentativa, visando não somente um determinado fim, mas o entendimento apoiado nas orientações dos atores sociais. Já na integração sistêmica as orientações sociais são desarticuladas por mecanismos de regulação não-comunicativos, em que o interacionismo ocorre por intermédio do controle, com sujeitos que agem e decidem individualmente, visando alcançar seus próprios propósitos.

5.2 O MUNDO SISTÊMICO

Segundo Habermas (2001), nas sociedades arcaicas o modo de vida era estabelecido por tradições que instituíam costumes, reproduzidos de geração em

geração. Desse modo, a estrutura social apresentava-se num contexto em que a sociedade caracterizava-se como o próprio mundo da vida, “onde as estruturas das interações linguisticamente mediadas regidas por normas contribuem às estruturas sociais sustentadoras” (HABERMAS, 2001, p. 220), aproximando-se do tipo ideal de um mundo da vida homogêneo e coletivamente compartilhado. As condutas dos sujeitos submetiam-se a preceitos regidos por sinceridade, lealdade, apoio recíproco, ou seja, por ações orientadas ao entendimento sem, no entanto, assujeitarem-se a um poder pragmático sancionador.

Nesse momento, as relações em sociedade apresentavam características de uma organização, cujas regras eram estabelecidas de acordo com o convívio, com as habilidades inerentes de convicções místicas que formavam a identidade de seus membros e dirigiam suas normas e tradições. Isso significa uma organização livre de burocracias, sem o poder do Estado, constituída enquanto sistema auto-regulado – mundo vivido e mundo sistêmico harmoniosamente equilibrados.

Com o aumento da complexidade das relações sociais emerge a necessidade de criação de mecanismos que pudessem regular tais relações.

Assim, há uma institucionalização do poder e as relações de intercâmbio incorrem na estratificação e no processo de hierarquização social, aos quais o mecanismo de intercâmbio passa a adotar, ainda que limitadas, funções econômicas: surge o comércio e as transações econômicas.

[...] à medida que diferenciam as próprias estruturas do mundo da vida, também se separam entre si os mecanismos de integração sistêmica e os da integração social (HABERMAS, 2001, p. 232).

Quando se forma um poder político, adquirido por sanção jurídica, institucionalizado, surge o Estado, ou os "mecanismos de organização estatal". Este, por sua vez, é quase incompatível com o mundo vivido, uma vez que o meio de controle sistêmico (o dinheiro) torna-se o marco do sistema econômico e vai tentar se sobrepor a valores culturais e moral-éticos.

Com isso, a instituição da divisão do trabalho passa a definir a primeira instância de complexidade dos sistemas, ou seja, a sociedade organiza-se em classes para estabelecer instrumentos normativos (o Estado e suas leis), instituindo aos sujeitos limitações de conduta voltadas ao bem comum. Habermas

(2001) elenca quatro mecanismos sistêmicos de diferenciação: a) a diferenciação segmentária (mudança na estrutura social); b) a estratificação (surgimento da hierarquização); c) o meio de controle sistêmico (poder e uso primitivo de dinheiro); e d) a organização estatal (dominação efetiva sobre as estruturas sociais).

É dessa maneira que as atividades econômicas e sociais, influenciadas pelos interesses capitalistas, começam a refletir a industrialização do trabalho social, passando a requerer processos complexos e meios adequados para alcançar resultados.

[a ação instrumental] impõe aos indivíduos *uma coordenação automática e independente de suas vontades*, com crescente perda de liberdade, [...] em um processo de racionalização do mundo vivido empobrecido pelo avanço da esfera sistêmica. (OLIVEIRA, 2003, p. 73).

Esse modo de coordenação do sujeito é utilizado para garantir a eficiência na realização das tarefas e obtenção de lucros – é o fortalecimento dos imperativos sistêmicos: dinheiro e poder. Assim, o sistema passa a referir-se à reprodução material, regida pela lógica instrumental (adequação de meios a

fins), incorporada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia).

Nessa perspectiva de evolução sistêmica, o mercado apresenta-se, segundo Habermas (2001, p. 213), como exemplo de mecanismo de regulação não-comunicativo e não-normativo nas sociedades capitalistas, empregando “mecanismos sistêmicos que estabilizam nexos de ação não-pretendidos mediante o entrelaçamento funcional das consequências da ação”. Nesse modelo – regido por poder, dinheiro, sucesso individual e independente – a manutenção do agir estratégico mostra-se conveniente, deixando de lado o saber intuitivo do mundo da vida e de seus membros.

[...] o mundo do sistema, que se caracteriza pela *organização estratégica econômica e política*, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental (FIEDLER, 2006, p. 96).

Nesse plano de mundo, os sujeitos coordenam suas ações e decisões em busca de seu próprio sucesso com objetivos fundamentados na reprodução material do dinheiro e no fortalecimento regulador do

poder, regendo as relações de mercado ao modo de vida comum e relações sociais.

Tais ordens puramente econômicas ou estabelecidas exclusivamente em termos de política de poder os chamo instrumentais porque surgem de relações interpessoais em que os participantes na interação se instrumentalizam uns aos outros como meios para a consecução de seus próprios fins (HABERMAS, 1982, p. 4).

Tais meios são orientados por uma racionalidade instrumental, caracterizada “pela organização de meios adequados para atingir determinados fins ou pela escolha entre alternativas estratégicas com vistas à consecução de objetivos” (GONÇALVES, 1999, p.127). Desse modo, a racionalidade é orientada a fins, visto que a razão é contundente nas ciências e na tecnologia, salientando a instrumentalização com vistas ao controle do estado de coisas, do mundo objetivo. A natureza externa é dominada, enquanto que a natureza interna é reprimida. Assim, a racionalidade com respeito a fins tem sido decisiva no âmbito tecnológico e científico, mas que não contribui da mesma forma para promoção de formas de vida emancipadas.

Ainda analisando o aumento das complexidades dos sistemas e a racionalização do mundo da vida, Habermas (2001, p. 218) afirma: "os contextos sistêmicos condensados nas sociedades modernas em realidade organizativas aparecem como um fragmento de sociedade reificado". Esse contexto é reificado, ou coisificado, devido à falta de cooperação advinda do sistema que só tem lugar para a produção material e o mecanismo de regulação econômica.

Assim, Habermas (2001, p. 218) afirma que,

[...] nas sociedades modernas [...] surgem âmbitos de organização formal e relações sociais regidas por meios [poder e dinheiro], os quais já não admitem uma atitude de conformidade normativa nem filiações sociais geradoras de identidade, e sim as banem à periferia.

Desse modo, nas sociedades modernas a racionalização reflete um processo de desenvolvimento caracterizado pelo aumento crescente das esferas sociais, que ficam submetidas a critérios técnicos de decisão racional, moldada e organizada a um determinado fim.

É nessa perspectiva que se caracteriza o MS, cujos imperativos sistêmicos controlam as decisões

dos sujeitos por meio de mecanismos funcionais que regulam as consequências não-intencionais. Os sujeitos estão diante de uma organização estratégica, econômica e política, preponderando-se a “não linguagem”, o “não questionamento”, comandados por um capitalismo mecânico e instrumental com vistas à consecução de objetivos (HABERMAS, 2001).

A sobreposição de MS sobre MV faz com que as relações sociais sejam coordenadas por padrões coercivos advindos dos imperativos sistêmicos, cuja atuação anula os contextos de comunicação interativa presentes no mundo da vida. É essa forma de “dominação” e “avanço” colonizador dos sistemas não comunicativos que Habermas denomina colonização do mundo da vida.

Esse processo de colonização apresenta uma ideologia cientificista, coordenada pela razão instrumental que torna a ciência um instrumento de dominação, poder e exploração. Isso significa uma expansão das interações sistêmicas, concebida por meio de comunicação deslinguistizados, em detrimento dos contextos de integração social por meio do entendimento linguístico.

Como consequência desse processo de colonização, surgem as patologias da modernidade

que, induzidas por mecanismos sistêmicos, caracterizam-se por distorções na base comunicativa do mundo vivido. Tais patologias acabam se tornando uma ameaça ao sistema como um todo e podem dificultar o desenvolvimento tanto na lógica instrumental como na lógica da razão comunicativa em termos sociais.

5.3 A AÇÃO COMUNICATIVA: PELO FORTALECIMENTO DO MUNDO VIVIDO

A ação comunicativa é entendida como a solução para um problema de coordenação em que vários atores, através do entendimento linguístico unem seus planos de ação por mecanismos que favorecem o entendimento mútuo. Sendo assim, a linguagem atua como a grande protagonista no agir comunicativo, motivando a convicção e gerando consenso entre os participantes de processos interativos.

Nessa acepção, a ação linguística não pode ser utilizada apenas para a transferência de informações,

pois essa é uma característica das ações estratégicas em que o fim dependerá da influência dos participantes sobre outrem. Ao contrário, o médium linguístico precisa ser utilizado, fundamentalmente, para promover a integração social, em que os sujeitos utilizam consensualmente as proposições linguísticas, no sentido de coordenarem suas ações de maneira cooperativa, compartilhando os saberes, as normas e as vivências.

Para Habermas (2001) a ação comunicativa se refere às interações mediadas linguisticamente em que todos os participantes perseguem, mediante atos de fala, fins ilocucionários. Nesse sentido, as ações de interação voltadas ao entendimento são próprias a fins integrativos, possibilitando que seus participantes harmonizem entre si seus planos individuais de ação.

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990, p. 72).

No agir estratégico, o êxito depende da influência calculada dos participantes sobre os outros e sobre a situação de ação, já no agir comunicativo os participantes guiam-se por convicções comuns, perseguindo um acordo comum.

Estar frente a um saber comum não significa concordar indiscriminadamente; antes, os participantes na interação recíproca precisam estar vinculados a convicções compartilhadas intersubjetiva e racionalmente. Essas convicções não podem ser resultado de consciência monológica, mas compartilhadas dialogicamente, nem por meio de induções por quaisquer meios. É por meio dessa base, aceita por todos os participantes, que ego pode fundamentar-se para recorrer ao bom senso de alter.

Ora, se numa situação recíproca, voltada ao entendimento, as convicções precisam ser compartilhadas, logo, a influência, como coordenação de ação, não pode fazer parte deste processo, porque influência e acordo são mecanismos de ação que se excluem mutuamente. Nesse sentido, Habermas (1989, p. 3) esclarece:

Os processos de entendimento não podem empreender-se simultaneamente com a intenção de chegar a um acordo com um participante na

interação e de exercer influência sobre ele, é dizer, de realizar causalmente algo sobre ele.

Para que o entendimento seja estabelecido é preciso haver o conhecimento intersubjetivo entre os participantes de suas pretensões de validade, mediante seus proferimentos, que precisam ser sinceros, verazes e corretos para que se realize o consenso. Assim, segundo Habermas (2001), para que o reconhecimento intersubjetivo seja estabelecido os participantes precisam ser verazes, ter motivos válidos para praticar o ato linguístico, e que seus conteúdos sejam compreensíveis e verdadeiros, porquanto somente quando estas expectativas de validade são atendidas é que o consenso pode ser atingido.

Nesse sentido, o acordo não pode ser forçado ou imposto, nem instrumental, nem estrategicamente, pois se assim o for o acordo perde o caráter de convicções comuns. Ao contrário, na ação comunicativa, falantes e ouvintes adotam uma atitude realizativa, no sentido de se entenderem sobre determinado tema e de encontrar a melhor maneira de resolvê-lo consensualmente. Os participantes só executam seus planos de ação sob condições atingidas consensualmente, o que os tornam interdependentes, porquanto só podem chegar a um acordo via

reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade.

Assim sendo, as pretensões de validade dos atos de fala, possibilitam compreender que o discurso argumentativo é inerente à ação comunicativa, pois é no discurso que as pretensões de validade podem mostrar-se problemáticas, podendo ser tematizadas e examinadas, ou seja, resolvidas com base em razões, o que caracteriza uma condição ideal de discurso (HABERMAS, 1990). Desse modo, a condição ideal de discurso que implica a ação comunicativa nada tem a ver com um modelo de vida transcendental, mas com a proeminência de dimensões originadas na própria existência humana, que emanam da sociedade comunicativamente organizada, das relações sociais concretas desencadeadoras de processos de entendimento.

A ação comunicativa está fundamentada na mútua cooperação interpretativa, na qual participantes compreendem-se sobre algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo de maneira simultânea, visto que são estes três componentes que definem e/ou redefinem as interpretações e definições elaboradas pelos sujeitos falantes/ouvintes, e, portanto, precisam ser validadas nos três componentes formais do mundo da vida.

Para Habermas as condições ideais de discurso já se encontram inscritas nas relações cotidianas, embora incipientes, voltadas ao entendimento no momento em que determinados sujeitos questionam ou mesmo procuram entender algo no mundo. Se essa relação ocorre num contexto de igualdade, mediado por enunciados inteligíveis aos interlocutores, sem relações coercitivas de poder, então há nessa situação uma comunicação sem entraves e, por conseguinte, uma condição ideal de discurso.

[A ação comunicativa] reinterpreta a ação pelo uso pragmático da linguagem e o reconhecimento recíproco de pretensões de validade, nas relações dos sujeitos capazes de fala e ação e sobre o mundo da vida, como totalidade de evidências e dos saberes que se reproduzem por mediações lingüísticas e evolui pela capacidade racional do homem que compartilha com o outro uma dada realidade e pode ressignificá-la por relações intersubjetivas de entendimento. (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

Para Habermas (2001), a realidade social pode ser reconstruída por meio das perspectivas de interação de cada sujeito, reconhecido por valores e experiências individuais, que obedece a regras pré-estabelecidas, mas que consegue atuar de forma

crítica para construir e reconstruir verdades a partir de relações comunicativas com outros sujeitos. O processo de entendimento, no qual o sujeito posiciona-se de forma interativa com os outros, fortalece o mundo da vida, permitindo-nos perceber a necessidade de que a construção do conhecimento suscite novos discursos sobre as imposições sistêmicas e conservadoras.

6 A AMBIVALÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA RELAÇÃO INTERMUNDANA

Como vimos, para Habermas a sociedade é formada por duas dimensões, que coexistem na construção social, porém, com características, manifestações, articulações e interesses distintos. Diante de tais especificidades, os fenômenos são utilizados de acordo com as características determinantes desses mundos. Portanto, entendemos que tanto o mundo da vida, quanto o mundo dos sistemas são alimentados pelo caráter flexível com que a informação, (re)articulada ou (re)significada,

possibilita uma multiplicidade de usos e de ações nessa sociedade bidimensional.

Como aponta Habermas, cada plataforma de mundo coaduna suas próprias forças diante do jogo dos contrários, como por exemplo, as formas multidimensionais e estratégicas como a informação é controlada, o conhecimento construído com fins não coletivos e a lógica do capital cada vez mais valorizada determinam as dominações de uma esfera de mundo, o mundo sistêmico, sobre a outra, o mundo vivido. Ou seja, o fenômeno da informação tanto pode servir à evolução social (lógica do desenvolvimento) quanto à integração ideológica, às formas de invasão e coerção (dinâmica do desenvolvimento).

É sobre esse aspecto ambivalente da informação sobre o qual desenvolveremos a discussão nas seções que se seguem, tentando perscrutar as relações entre informação e as categorias habermasianas, de modo a compreender o comportamento daquela nas esferas da sociedade. Tal caminho se faz necessário para vislumbrar os horizontes possíveis para potencializar a informação enquanto vetor de fortalecimento e reação do mundo vivido.

Vale salientar que a ciência da informação já conta com investigações utilizando o pensamento

habermasiano como eixo teórico e via para pensar a informação, acenando para esta como via de integração social. Para fundamentar nosso exercício hermenêutico utilizaremos, além do referencial teórico já apresentado, chamaremos ao diálogo outros estudos, com ênfase nas seguintes referências: Demo (2000); González de Gómez (2009; 1999); Gracioso (2008; 2010); Lima (2009). Além do referencial elencado, recorreremos a outras obras desses e de outros estudiosos da ciência da informação como pontos de apoio para nosso exercício argumentativo nas seções que se seguem.

6.1 A INFORMAÇÃO NAS ESFERAS DA SOCIEDADE

Nessa seção, como o próprio título indica, argumentaremos sobre a informação na sociedade ante o mundo vivido e o mundo sistêmico. Nos apontamentos já deslindados, salientamos a flexibilidade do fenômeno da informação ante as diversas áreas do conhecimento, o que tem levado a marcada diversidade conceitual. No âmbito da ciência

da informação tem prevalecido a visão fiscalista de informação. É assim, devido ao próprio contexto de surgimento e desenvolvimento da CI, considerando os motivos que lhe originaram. Ou seja, a ciência da informação foi pensada como via para resolver os problemas técnico-informacionais que se apresentavam à época, tendo, portanto, que facultar resoluções objetivas, específicas e funcionalistas.

O texto *Ambivalências da sociedade da informação* de Demo (2000), no qual apresenta as duas faces da sociedade da informação, encontramos alguns aportes para refletir sobre a informação nessa sociedade, que, segundo o autor, encontra no desenvolvimento do conhecimento tanto a base para emancipação social; quanto a mola propulsora da competitividade econômica. Nessa direção, a informação, insere-se em processos de manipulação, servindo para informar e para desinformar, sendo necessário lidar com essa ambivalência, reduzindo e controlando a manipulação da informação, mediante a preservação de ambientes críticos e auto-críticos.

Segundo Demo (2000), é possível dizer que a desinformação em processos informativos é um componente intrínseco à comunicação humana, sendo o atual estágio da sociedade a prova mais cabal desse caráter ambíguo, como a própria ideia de globalização,

que ao mesmo tempo em que parece juntar numa aldeia diversos povos e nações, aumenta gradualmente o fosso entre vários setores da sociedade. A característica mais visível da problemática do atual estágio da sociedade é o uso que se faz do conhecimento, que ora se constitui enquanto fundamento de emancipação social, ora como mercadoria de promoção à competitividade e mola de propulsão ao avanço do capitalismo.

O desenvolvimento do conhecimento trouxe incomensuráveis benefícios à vida em sociedade, proporcionando, principalmente o domínio, ou os meios para superar os efeitos da ação da natureza com maior precisão, além do avanço dos meios de comunicação. Nas palavras de Demo (2000, p. 38), “o processo galopante de informatização pode ser reconhecido como seu carro-chefe, porque condensa os mais evidentes impactos teóricos e práticos do conhecimento”. Mas esse desenvolvimento também é via para o aumento da exploração do outro, mediante a indução da produção cada vez mais célere do que se chama produto intelectual.

[...] enquanto para uma menor parte dos trabalhadores é sempre possível produzir mais e melhor com menos horas trabalhadas, para

muitos, sob o efeito da mais valia, é mister trabalhar ainda mais para obter ou manter os mesmos salários, cuja tendência de decréscimo é geral (DEMO, 2000, p. 38).

Essa é uma forma de dominação colonizadora dos sistemas deslinguistizados, como afirma Habermas (1999), que acontece de múltiplas formas, inclusive por meio da aprendizagem, da profissionalização, do direito, da mídia, da informação, entre outras janelas que limitam nossa forma de visualizar as paisagens da realidade, porquanto são construídas e funcionam também como sistema de domínios, dando a falsa impressão de que são autônomas. Como consequência desse processo de colonização, surgem as patologias da modernidade que, induzidas por mecanismos sistêmicos, caracterizam-se por distorções na base informacional/comunicativa do mundo vivido.

Enquanto que MV é o contexto cultural dotado de qualidades naturais que propiciam espaços de fala, mediados pela informação e pela comunicação (linguagem), e fundamentam a interação e a ação (HABERMAS, 1999). Esse contexto forma um repertório de sentidos gramaticalmente instituídos pelas pessoas, propiciando um conjunto simbólico de informações e representações que orienta o

entendimento mútuo e socializa a compreensão, a interpretação e a ação nos diversos mundos vividos.

Para Habermas o MV é um algo mais que coordena ações notadamente estruturadas, cingindo uma espécie de figurino comunicacional, que substancia situações diferenciadas e proporciona uma harmonização simbólica e significativa no cotidiano, através do uso da informação por meio da linguagem cotidiana, configurada nas expressividades comunicacionais. É dessa forma que o mundo da vida ultrapassa as fronteiras do *eu* solitário da subjetividade e das exposições narrativas desconexas, para integrar, junto com esses fatores, a formação das expressividades.

Podemos afirmar que, para o entendimento consensual entre contextos diferenciados, MV fornece subsídios, por intermédio de um conjunto de sentidos pré-científicos formadores da compreensão, da interpretação e da ação sobre os fenômenos que integram o cotidiano, alimentado por informações que renovam o acervo simbólico dos sentidos sobre as coisas. Segundo Habermas (1999), é esse conjunto de expressões gramaticalmente socializadas e simbolicamente articuladas a partir de estruturas internas que formam um arcabouço lógico entre o ser, o crer e o estar no mundo, atribuindo-lhe significados

e interpretando-os por intermédio do estoque de experiências ou herança do passado, do senso cultural. Nesses termos, o MV pode se configurar como memória viva de informações e saberes significativos que se renovam ou, no escopo dos mecanismos universais, que formam o próprio MV: a cultura, a sociedade e a personalidade.

Já o mundo sistêmico é a plataforma de atuação de interesses ideológicos, que busca autopromoção e fortalecimento pleno nas ações do Estado, das empresas, do capital de giro, da técnica e ciência como ideologia, das barreiras no acesso à informação nos arquivos, bibliotecas, museus e demais unidades de informação. Enfim, em toda sorte de atividades funcionais-instrumentais que conferem cada vez mais poder aos sistemas integradores da ordem e, conseqüentemente, aos imperativos que o alimentam: o dinheiro e o poder.

Nessa dimensão, ambientes que deveriam ser centros de efervescentes ações imbuídas de solidariedade e voltadas ao coletivo, o caso das universidades, como menciona Demo (2000), restringem-se a ferramentas estritamente ligadas ao espírito capitalista, "perfazendo o pano de fundo da competitividade sem limites". A urgência que tem se imposto é o atendimento aos clamores do mercado, de

modo que centros de educação e informação abdicam dos interesses coletivos que lhe são inerentes em prol de interesses finalistas e não-sociais (DEMO, 2000). “Trata-se de novo e sempre no capitalismo de progresso unilateral, extremamente concentrador de renda e poder” (DEMO, 2000, p. 38).

Prevalece, pois, a dimensão técnico-científica, instrumental e teleológica da razão, orientada à manipulação e à dominação do estado de coisas. Nesse sentido, atentemos a Habermas (2001), quando coloca-se contra o conceito de razão enquanto instância auto-reflexiva, centrada no sujeito cognoscente, e auto-referencial, capaz de agir sobre a natureza e sobre a sociedade. Contrário a isso, o autor acredita que a razão não está pronta e nem acabada, mas se constrói a partir da argumentação e do entendimento entre os sujeitos, implicando dizer que a razão é interpessoal e não subjetiva.

Para Habermas, racional é um conceito que não se reduz à consideração sobre a verdade das proposições referentes a fatos e ao estado de coisas, mas inclui a consideração sobre a correção das proposições que fazem referência a normas e sobre a sinceridade das auto-apresentações que fazem referência a vivências. No seu entendimento, a razão deixa de ser uma instância transcendental, resultando

no reconhecimento do sujeito enquanto ser plural, membro de uma comunidade linguística e partilhante de um horizonte de convicções e vivências.

É assim que o filósofo amplia o potencial da racionalidade que subjaz à competência cognitiva, elucidando uma nova maneira de situar a razão, a qual deixa de ser monológica e passa ser considerada no horizonte da possibilidade dialógica e comunicativa.

Este conceito de racionalidade possui conotações que em última instância alcança a experiência central da capacidade de reunir sem coações e de gerar consenso que tem uma fala argumentativa em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista e a favor de uma comunidade de convicções racionalmente motivadas se asseguram de vez a unidade do mundo objetivo e a intersubjetividade do contexto em que desenvolvem suas vidas (HABERMAS, 2001, p. 27).

Isso significa dizer que a racionalidade é a resultante da relação intersubjetiva entre os sujeitos através de atos de fala visando um consenso, denominado pelo filósofo de racionalidade comunicativa. Esse conceito abre um novo horizonte para entendermos que o termo racional pode ser

atribuído a toda ação que permite dar razões acessíveis a outros, a uma comunidade de intérpretes com a qual se comunica. Por conseguinte, em situação de fala, a racionalidade comunicativa propicia a argumentação, colocando os atores em posição de igualdade para erigirem seus proferimentos criticáveis.

Nessa acepção, racionalidade deixa de ser o enfoque auto-referente, direcionada para o domínio dos fenômenos externos, e assume o potencial intersubjetivo no interior da linguagem, estruturada em critérios cognitivos, prático-pragmáticos discursivos, estabelecidos num contexto intersubjetivo (HABERMAS, 1990).

Como potencial intersubjetivo, a racionalidade diz respeito menos ao saber em si ou à sua aquisição, e relaciona-se mais à maneira como os sujeitos, capazes de fala e ação, fazem uso desse saber (HABERMAS, 1990). Trata-se uma visão abrangente de racionalidade contemplada a partir de sua multiplicidade de vozes, possibilitando aflorar o potencial reprimido e esquecido do outro da razão, mas que nem sempre permeia as ações em organismos e instituições onde deveria imperar, como é o caso de práticas desenvolvidas no espaço acadêmico, conforme aponta Demo (2000, p. 38):

A criatividade acadêmica estaria em grande parte aprisionada pelo mercado, provocando forte seletividade nos cursos, em desfavor de compromissos históricos com os interesses coletivos da humanidade.

Essa é uma característica da ambigüidade que marca a vida em sociedade. A assim, como as relações sociais são marcadas pela ambivalência, que tanto tem seu lado positivo, quanto negativo; a informação, enquanto fenômeno social, possui também caráter ambivalente. Demo (2000, p. 37) cita como exemplo o excesso de informação que exige de nós o desenvolvimento de certas habilidades para lidar com tais excessos, afora o uso que dela se faz “no sentido mais preciso de cultivo de ignorância”.

No contexto da sociedade hiperadministrada, não importa se a informação e a comunicação servem à interação e ao entendimento mútuo entre sujeitos, ganhando valor nas formas como transferem sentidos e significados. Importa mais as maneiras com que servem de estratégia para o fortalecimento do dinheiro investido na dinâmica da reprodução capitalista, e do poder legitimador de sua própria ordem, regulador das

relações pessoais e funcionais para a vigência da ordem estabelecida como favorável.

Os imperativos sistêmicos não priorizam a fluidez do acesso ao uso da informação, alimentando os "segredos" das verdades, o silêncio da não comunicação. Assim, os interstícios do mundo sistêmico obstruem a linguagem como *medium* de entendimento, o que implica dizer que a informação e a comunicação só se tornam eficientes quando se inserem nas burocratizações, nas formalizações, nos documentos gerados e arquivados pelas instituições.

Segundo Demo (2000) a desinformação em processos informacionais é normal devido à dupla seletividade que marca o ser social, que capta o que lhe é viável e de acordo com seus interesses. Quando pensamos na ambivalência da sociedade, tomando por base o pensamento habermasiano, também entendemos que os processos informacionais são marcados por aspectos opostos. Nesse quesito, apesar da diferença entre Demo e Habermas de aceção no que se refere à constituição da comunicação humana, podemos abstrair pontos convergentes e atinentes à discussão aqui iniciada. Salientamos que não faz parte dos objetivos da pesquisa discutir as divergências conceituais entre os estudiosos, mas buscar

aproximações que viabilizem o prosseguimento da pesquisa.

Nessa dimensão, a informação é tida como um trunfo, uma arma secreta, estrategicamente guardada/estocada para garantir a eficiência na realização das tarefas e na obtenção de lucros, fortalecendo o império sistêmico do dinheiro e do poder. Controlando a natureza complexa da informação, as atividades econômicas, influenciadas pelos interesses capitalistas, começam a refletir a industrialização do trabalho social e passam a requerer processos complexos e meios adequados para alcançar resultados pelo prisma da ação instrumental. É a adequação dos meios para alcançar determinados fins não-sociais, inerente ao mundo dos sistemas, incorporada às relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia), que passa a conduzir a produção intelectual e a reprodução material do capital e materialista da informação.

González de Gómez (2009^a, p. 178), autora de trabalhos que abordam sobre questões comunicativas em processos informacionais e de organização do conhecimento, busca identificar na teoria da ação comunicativa de Habermas “os aportes para uma teoria crítica da informação”, que permitam superar o caráter redutor do paradigma analítico popperiano e a

compreensão hermenêutica. Nessa direção, a autora dialoga com o filósofo sobre os deslocamentos do lócus da informação na relação com mundo da vida e mundo dos sistemas, encontrando no agir comunicativo, elementos para pensar a informação, ou as “práticas de informação”, associadas à integração funcional e à integração social.

A integração funcional é alcançada pela razão instrumental ou estratégica, mediante planos privados, do ponto de vista de um observador, e pelos meios sistêmicos de controle (dinheiro, poder). Já a integração social, pela razão comunicativa, por meio de planos coletivos, do ponto de vista de sujeitos participantes, e por intermédio o uso comunicativo da linguagem.

Por essa via, González de Gómez argumenta que os processos informacionais, ou sistemas de informação, acontecem institucionalizados

[...] no domínio estratégico e instrumental de ações ‘orientadas à obtenção de sucesso’. No melhor dos casos, tratar-se-ia de uma estratégia ‘aberta’, cujas regras do cálculo de eficácia são explícitas, mas onde, pela própria definição da ‘jurisdição’ do sistema, atende-se de maneira diferenciada e particularizada umas comunidades de usuários de informação e não a outras, nos

termos de um jogo competitivo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 120).

Quando associada à integração funcional, o uso da informação orienta-se por modelos sistêmicos, instrumentais e estratégicos de organização e acesso. Os interesses do MS e suas expressões mais singulares e não linguísticas tendem às ações de informações institucionalizadas (arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação etc.) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 118), como instituições preponderantemente burocráticas e vias de subordinação dos sujeitos que necessitam da informação. São custodiadas por intermédio de um complexo conjunto de normas e regras de ordem instrumental, devidamente formalizado e sistematizado, reflexo do conhecimento guiado por interesses não coletivos (egocêntricos/individualistas), incrustados nas penetrantes veias da colonização que assume múltiplas dimensões de ação.

A informação será considerada aqui como lastro da semântica da representação, nas formas de uso da linguagem que não visam à interpretação cooperativa do agir comunicativo: seja em situações monológicas, nas quais se priorizam as metas ilocucionárias de entendimento mútuo;

seja em situação de comunicação estratégica, na qual se violam ou desativam as condições de reciprocidade e as demandas de garantias para validação dos enunciados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009^a, p. 184).

Para a autora, é esse, portanto, o lócus da informação no contexto no mundo dos sistemas em ações funcionais-instrumentais colonizadoras sobre o mundo da vida.

No solo do mundo vivido, a informação, ou ações de informações, apoiam as interações voltadas para o entendimento mútuo, de modo que os fundamentos sustentadores da esfera argumentativa estariam constituídos “pelos repertórios informacionais adquiridos nos contextos da experiência e da ação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009^b, p. 132). Quando configurada como lócus motivador de convicção e gerador de consensos múltiplos imbuídos de responsabilidade social, a informação substancia o agir comunicativo, visto que reflete os enredos culturais, a normatividade definidora das relações interpessoais e a formação identitária estruturante do mundo social da vida. Ancorado em conteúdos significativos/informacionais, o processo de interação coordena as ações de socialização, permitindo que as ideias/argumentações sejam apresentadas: a) como

válidas e expressivamente justas no mundo *objetivo*; b) como normas eticamente justificadas e aceitas no mundo *social*; e c) como sensações/emoções vivenciadas pelo mundo *subjetivo* dos afetos, inerentes à condição humana (bases articuladoras do mundo vivido).

Segundo Demo (2000) o problema da ambivalência da informação está na manipulação excessiva da informação: “a questão mais dura refere-se ao processo manipulativo por vezes ostensivo que a sociedade da informação nos impinge” (DEMO, 2000, p. 39). Temos a sensação de estarmos realizando livres escolhas, quando na verdade estamos sendo condicionados ao nível mais dissimulado de manipulação. Demo cita como exemplos o *advertising* e o *marketing*, que se valem de estratégias coercivas de convencimento para atingir determinado fim. Para tanto, é constituída uma relação impressionista, ação dramatúrgica, conforme Habermas (1982), na qual atores visam impressionar seu público mediante imagens apresentadas de modo subjetivo.

Ainda com relação a essa manipulação, Demo (2000, p. 40) aponta:

Em certo sentido, todo processo informativo é manipulador, porque seleciona a informação disponível, além de a interpretar hermeneuticamente. Esta é marca do conhecimento como tal: à medida que conhece a realidade, destaca nela o que o método pode captar, além de impingir interpretações orientadas pelo interesse, por vezes escuso.

O estudioso considera que a melhor forma de lidar com essa manipulação da qual não se pode fugir é a via da contra-informação, ou seja, pensar "estratégias abertas de controle".

No quadro social, a informação nunca aparece apenas como "informativo", mas como tática de influência privilegiada. Os que fazem contra-informação, por sua vez, não deixam de manipular, mas podem manipular menos ou no mínimo praticar a "standpoint epistemology", ou seja, tentar perceber a realidade do ponto de vista da vítima (DEMO, 2000, p. 41).

Demo (2000) chama atenção ao fato de que essa contra-informação precisa ocorrer fundamentada na autocrítica, ou seja, assumir-se enquanto participante desse aspecto manipulador das ações de informação e, conscientemente, criticar o "caráter excessivamente manipulativo da informação". Tais

excessos são percebidos na desinformação generalizada, na informação classista e na “informação imbecilizante”.

Evocando Habermas, dizemos que esse controle em âmbito informacional, que tende a priorizar interesses estritamente comerciais, seja na mídia, seja em unidades de informação, ou em qualquer outro contexto, é norteado por modelos sistêmicos e estratégicos de organização, análise e disponibilização da informação. “No agir orientado ao sucesso e na integração sistêmica, a informação fica incluída na ordem redutora da padronização e controle dos meios” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009^a, p. 197). Assim, os meios de informação e comunicação, como micromundos, fecham-se em torno de si e de seus interesses, orientados pelos ditames dos imperativos sistêmicos, esvaindo-se de sua função social e da capacidade de fazer de si lócus de racionalização (fortalecimento) do mundo vivido.

Destarte, nesse contexto de crescente colonização do MS sobre o MV, de relações sociais coordenadas por padrões constrangedores e orientadas pelos imperativos sistêmicos, a informação torna-se mero instrumento de dominação, ao mesmo tempo em que tende a abater a atuação dos contextos de comunicação interativa presentes no mundo vivido.

Como afirma Demo (2000, p. 41), nessa “sociedade da mercadoria, [aonde] a mercadoria vem antes”, o fenômeno da informação é mercadoria intercambiável de consumo, fundamental para as ações teleguiadas pela reprodução econômica e pelo fortalecimento regulador do capitalismo ou corporativismo. Logo, assume, ela própria, características coercivas, quando vinculada a processos de institucionalização do poder, que prescindem dos valores culturais e ético-morais, servindo mais como mecanismo de controle e regime de poder, do que da esfera democrática para utilidade pública.

Ao constatar a sobreposição de MS sobre MV, conforme cenário apresentado, Habermas (1999; 2001) busca uma saída para que o mundo vivido consiga se fortalecer, de maneira a retrain o avanço colonizador do mundo dos sistemas sobre seus componentes intrínsecos: cultura, sociedade e personalidade. O teórico salienta que a existência de MS não incorre em perigo para MV, pois ambos podem e devem coexistir nos limiares da sociedade. O problema está, principalmente, nos espaços vulneráveis abertos no mundo vivido que são invadidos pela expansão dos domínios do mundo sistêmico. Nesse sentido, a saída encontrada é a racionalização do mundo da vida por meio do

entendimento mútuo, que significa pôr em reflexão as estruturas que formam seus componentes vitais, de modo a promover a descolonização de MV.

Considerando essa necessidade de descolonizar o mundo da vida por intermédio da racionalização comunicativa dos espaços abertos em suas esferas, entendemos ser esse o ponto sobre o qual a ciência da informação pode contribuir, através de suas investigações teóricas e empíricas envolvendo esferas que podem ser consideradas aqueles espaços em estado de vulnerabilidade, apontados por Habermas.

6.2 INFORMAÇÃO COMO VETOR DE REAÇÃO DO MUNDO DA VIDA

Diante que foi abordado, esse é o momento de pensar a informação enquanto base de fortalecimento do mundo da vida ante a colonização empreendida pelo mundo dos sistemas, sendo esse um dos nossos objetivos específicos. Para adentrarmos em tal aspecto, é preciso discorrer sobre a descolonização de MV, como argumenta Habermas.

Como já abordado, os componentes estruturais do mundo da vida são a cultura – conjunto de saberes tidos como verdadeiros e utilizados para entender algo no mundo; a sociedade – conjunto de normas aceitas como legítimas, que confere identidade social e solidariedade entre as pessoas; e a personalidade – avalizada pela interação e socialização dos sujeitos. A colonização do mundo da vida resulta em alterações e transtornos nesses componentes vitais, incorrendo em perda de sentido na formação dos saberes; supressão das relações interpessoais; e alienação da personalidade.

Combater tais patologias implica enfrentar as crises atuais e assumir ações orientadas pelo entendimento mútuo entre discursos divergentes, situações conflitantes e desacordos estruturalmente assolados, a partir de ações orientadas por fins. Diante disso, Habermas preconiza a não universalização desse racionalismo, posicionando-se contra a penetração do instrumentalismo em esferas onde deveria prevalecer a ação comunicativa. Podemos dizer que isso acontece nas unidades de informação como espaços culturais.

Diante disso, é importante perceber a informação como vetor de renovação e reprodução dos componentes simbólicos do mundo vivido, e as

unidades e sistemas de informação enquanto estruturas simbólicas propícias aos processos socioculturais. Como afirma Habermas (1990, p. 100):

Os organismos só podem ser descritos enquanto pessoas [estruturas simbólicas] quando e na medida em que forem socializados, isto é, penetrados por conjuntos de sentido culturais e sociais e estruturados através deles.

Como construções inteligíveis de sujeitos em contextos específicos de ação organizada no mundo social da vida, tais organismos devem ser articulados como difusor cultural e espaço de ações comunicativas. Arquivos, bibliotecas, museus e demais unidades de informação também podem fortalecer as bases do mundo vivido, principalmente quando os profissionais da informação, conscientes do cenário deslindado por Habermas, articulam atitudes comunicativas que suplantam os excessos da monetarização e da burocratização instituída em sua mecanicidade intrínseca.

É pelas janelas restauradoras e otimistas do mundo vivido, que os repertórios informacionais, ambivalentes por natureza, como apontou Demo (2000), podem ser melhor conduzidos, se

considerados seu potencial de articulador do agir comunicativo, como germe do mundo vivido. Nesse sentido, atentemos ao que diz González de Gómez (2009^b, p. 117):

Por um lado a informação estaria ancorada naquela temporalidade que atrela corpo e cultura numa configuração diferenciada de *aisthesis* e permite a abertura de múltiplas perspectivas sobre o mundo. Associada a algumas das plurais possibilidades heurísticas das ações – cotidianas e especializadas a informação designaria uma diferença que se instala nas experiências de confronto entre nossas expectativas prévias e do que acontece em nossas relações atuais com o mundo. Por outro lado, a informação, enquanto codificada, reconstitui-se através dos meios, nas zonas de trocas e negociação entre os sistemas e os mundos da vida – mediação, porém, constituída numa relação histórica e não “lógica”, plausível, então, de ambivalências e de transformações.

É com essa dupla ancoragem da informação, que, de acordo com Habermas, tanto é aporte sócio-cognitivo, quanto instrumental-estratégico, que a ciência da informação lida em seu arcabouço investigativo, sendo necessário, portanto, operacionalizar a conservação e transmissão de conteúdos significativos, por intermédio de espaços e

oportunidades de aprendizados coletivos pelo prisma das ações comunicativas. Trata-se de uma tomada de consciência voltada às urgências sociais e coletivas incididas do mundo da vida, que se afigura já em algumas pesquisas da área.

Gracioso (2010), tratando acerca de informações produzidas e disponibilizadas na Web, recorre à teoria da ação comunicativa de Habermas para refletir sobre as condições deliberativas de validação relacionadas aos processos argumentativos pragmáticos virtuais. Nesse sentido, afirma:

As manifestações do mundo da vida têm se aproximado e rearticulado em maior grau confirmando-se e reafirmando-se em redes sociais argumentativamente consistentes. E estas manifestações, por sua vez, tendem a predizer suas práxis no plano das argumentações, ao mesmo tempo em que seu resultado argumentativo demanda por uma validação, não imediata, no plano das atividades concretas do cotidiano (GRACIOSO, 2010, p. 299).

Para Gracioso, a validação da informação se efetiva mediante seu uso social pelos "intersujeitos" na sociedade, e o meio virtual e seus conteúdos

construídos argumentativamente têm se constituído em manifestações do mundo da vida.

Tratando “das proximidades do pensamento habermasiano nas ações de informação na internet”, Gracioso (2008, p. 120) pondera:

Quando Habermas propõe que precisaríamos ajustar a posição do sujeito colocando-o como principal agente de todo movimento relacional entre as formas de conhecimento e da vida em sociedade, podemos pensar em que medida o conhecimento constituído nas plataformas interativas de informação tem permitido esse reposicionamento.

Para a estudiosa, a produção, acesso e uso da informação, “com bases no uso cotidiano da linguagem”, foram ampliados por meio das plataformas virtuais interativas. Desse modo, identifica na *Web* “um tecido que tem como trama central, os compromissos sociais que nela se estabelecem comunicativamente por meio do uso da linguagem” (GRACIOSO, 2008, p. 162).

Outro estudioso da ciência da informação que, em parceria com outros pesquisadores, tem buscado em Habermas novos horizontes para pensar

fenômenos da CI é Clóvis Montenegro de Lima. Abordando a relação entre os conceitos de ação comunicativa, trabalho imaterial e sociedade da informação, afirma:

Se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporeidade produtiva, então o controle dos sentidos e dos significados lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política (LIMA, 2009, p. 110).

Lima (2009) aponta a centralização do capitalismo sobre a produção imaterial, principalmente sobre a informação e o conhecimento, com intuito de controlar até mesmo o tempo disponível dos indivíduos na sociedade da informação. Desse modo, encontra em Habermas, mais especificamente em sua teoria do agir comunicativo, elementos para ponderar a produção imaterial enquanto comunicação cooperativa.

Para Silva, Fernandes e Lima (2013), as teorias habermasianas possibilitam pensar as competências administrativas do bibliotecário escolar, em face da urgência de racionalização comunicativa e agir

pedagógico ante ao complexo contexto contemporâneo. Assinalam a necessidade da competência comunicativa, vez que a “disposição para argumentação e discussão é fundamental para o entendimento, mas não apenas para escolhas racionais”.

Já Dib e Lima (2013), discutindo sobre administração de bibliotecas universitárias pelo prisma da teoria da ação comunicativa e ética do discurso, chamam a atenção para a administração discursiva como forma de promover a interação entre os atores e viabilizar “a criação e a manutenção de vários canais de comunicação abertos”.

A Teoria do Agir Comunicativo e a Ética do Discurso, de Jürgen Habermas, podem contribuir para o desenvolvimento de abordagem não funcionalista da Administração, baseada na discussão argumentativa como forma de mediar situações de conflito de poder e fixar ações comuns (DIB; LIMA, 2013, p. 101).

Assim como as bibliotecas universitárias, também os arquivos, os museus e demais unidades de informação precisam ser administradas comunicativamente por intermédio da razão comunicativa. Essa abordagem e as demais aqui

apresentadas são algumas iniciativas inseridas no rol de pesquisas que utilizam a profícua teoria da ação comunicativa para o campo da ciência da informação. Tais pesquisas seguem a via da racionalidade comunicativa, da constituição do conhecimento por meio da aprendizagem em prol do coletivo, contribuindo, assim, para o fortalecimento do mundo da vida, reestruturação de seus componentes vitais.

Nessa direção, e considerando as urgências de racionalização comunicativa e do entendimento mútuo, como forma de provocar a descolonização do mundo vivido, é mister continuar desenvolvendo pesquisas, promovendo debates e buscando vislumbrar e implementar ações e projetos em benefício de coletividades.

A tomada de consciência da necessidade de revitalizar o conceito de transferência da informação por socialização da informação por meio de um contexto comunicativo mostra-se urgente, porquanto o modelo tradicional e tecnicista de transferência, embora válido e imperativo, não abarca a completude e complexidade do fenômeno informacional coadunado às demandas coletivas. A sobreposição do modelo meramente funcionalista concebe a informação apenas como um produto resultante da lógica instrumental,

cuja transmissão centra-se mais nos canais de comunicação, desconsiderando os sujeitos envolvidos.

Diante da necessidade de reordenar a importância dos elementos que constituem os processos informacionais, o contexto teórico da teoria da ação comunicativa promove “uma nova possibilidade de transformação social” (FIEDLER, 2006, p. 94), que permite vislumbrarmos MV fortalecido em suas bases. Os atores podem tornar-se participantes críticos do mundo e dos fenômenos que os cercam “quando as informações transmitidas promovem a efetiva tradução do conhecimento em ação, incorporando-as ao mundo do usuário” (ARAÚJO, 1998, p. 118).

É preciso identificar, dentre os sujeitos constituintes de uma comunidade, como e quais as características necessárias ao processo de socialização da informação, para assim delinear procedimentos que garantam o acesso e o uso de conteúdos significativos. Dessa maneira, a efetivação do posicionamento crítico do sujeito, quando no acesso e no uso satisfatório da informação, estabelece-se a partir do momento em que ele assume seu lugar de fala e ação e passa a fornecer subsídios que orientam a construção de sistemas adequados as suas necessidades.

É assim que a informação cumpre sua função social, enquanto alicerça para o fortalecimento do mundo da vida, mediando o posicionamento crítico do sujeito, e conseqüentemente da coletividade, quando no acesso e uso dos repertórios informacionais. Essa dimensão, a partir da teoria hermeneuticista, considera a auto-experiência dos sujeitos no decurso do processo de aprendizagem coletiva, como agentes ativos, dotados de conhecimentos e vivências constituídas por intermédio do mundo da vida; sua emancipação, relacionada, ao desenvolvimento racional do sujeito diante das postulações da sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, esforçamo-nos para melhor compreender o caráter ambivalente da informação na relação com mundo da vida e mundo sistêmico. Abordamos sobre a ciência da informação, que surge como ciência social, mas atua com acentuado aspecto estratégico para atender às

demandas de ordem instrumental. Com isso, percebemos também a valorização mais do aspecto técnico e funcionalista e menos do humano e social da informação, quando esta tem seu status elevado no contexto do avanço técnico-científico do pós-guerra, conservando ainda hoje as características daquela conjuntura.

Por conseguinte, identificamos as principais categorias conceituais discutidas por Habermas, enfatizando os conceitos de mundo vivido e mundo sistêmico, buscando relacioná-los à informação e seu caráter ambivalente. Desse modo, mediante interpretações hermenêuticas sobre o problema da ambivalência da informação confirmamos nossa conjectura de que a informação tem sido instrumento mais das ações instrumentais e estratégicas, menos das ações comunicativas, e, portanto, tem servido mais ao fortalecimento de MS, contribuindo com as constantes ações colonizadoras sobre MV.

Nessa direção, compreendemos o caráter emancipatório do agir comunicativo, na medida em que privilegia a liberdade individual em função do entendimento mútuo, constituindo-se como força integradora que fortalece o mundo da vida. Na ação comunicativa, as pessoas atam relações mais racionais, exercitam a prática do consenso,

evidenciam intenções e sentimentos e imprimem um compartilhamento de significados amparados pelo contexto do MV, o que se constitui como práticas comunicativas e ético-morais.

Nessa perspectiva, a informação ancora as ações comunicativas, oportunizando processos de interação em que os sujeitos se entendem entre si, possibilitando a renovação do saber cultural, a integração social e a formação de identidades pessoais, reproduzindo os componentes simbólicos do mundo vivido (cultura, sociedade e personalidade).

Habermas esclarece que a existência do mundo sistêmico, via de regra, não significa fator de risco para o mundo vivido, porquanto a sociedade não centraliza o mundo da vida como único parâmetro de articulação do agir – o risco está na colonização do mundo vivido pelo sistema. Assim, o mundo dos sistemas, integrado por a) bases imperativas organizadas de maneira funcional, burocrática e hierárquica do poder político, e pela b) célula regente de processos internos e externos do dinheiro dentro dos interesses econômicos, é um palco que articula a informação na mesma medida em que define a expansão estratégica de seus domínios, controlando o acesso e reificando o uso (MEDEIROS; FIDELIS, 2013).

Por conseguinte, nessa plataforma de mundo, a tradição conceitual que constitui a ciência da informação emprega procedimentos sistemáticos para tratamento e disponibilização, acesso e uso da informação orientada a solucionar, principalmente, questões de ordem técnica e funcional no âmbito organizacional. Assim, as unidades de informação, como os arquivos, acabam sendo reflexos das demandas organizacionais, restringindo seu acesso apenas a fins instrumentais. No entanto, diante da urgência por uma racionalidade comunicativa, tais unidades não podem se restringir apenas a esses fins, pois enquanto espaços públicos precisam se tornar lócus de interação coletiva.

A teoria do agir comunicativo vincula novos horizontes para a reconfiguração dos organismos de informação, oferecendo uma nova perspectiva para os processos informacionais, orientando ações informacionais, visando o debate em um plano mais elaborado. Por esse prisma, a informação, enquanto fenômeno humano e social, justifica-se por processos cooperativos de comunicação, orientados por problematizações e discussões práticas do mundo da vida, erguidas por sujeitos (usuários e profissionais de informação/grupos e coletividades) participantes da auto-organização e do entendimento mútuo.

Ao confrontar as duas vertentes da sociedade, MV e MS, Habermas diagnostica a sobreposição do sistema sobre o mundo da vida, imperando a “não linguagem” e a “não discussão”, cujo modelo instrumental evidencia uma supremacia técnica nos processos de informação, motivada por organizações e ações estratégicas conduzidas pelos imperativos sistêmicos: dinheiro e poder. A conjuntura capitalista e burocratizada comanda e subordina os sujeitos a um complexo conjunto de normas e regras sociais de ordem instrumental, devidamente formalizado e sistematizado (HABERMAS, 2001).

Diante desse quadro, o desafio é o redimensionamento dessa sobreposição, no sentido de estabelecer um equilíbrio entre as duas dimensões de mundo, de maneira que não ocorra a subjugação entres tais esferas. Para tanto, em âmbito da ciência da informação, os processos informacionais precisam, cada vez mais, vincular-se às representações culturais, sociais e da personalidade, constituídas por intermédio de processos cooperativos de comunicação, que os atores sociais adotam como mola propulsora para as atividades suas ações interpretativas.

É possível criar uma dimensão comunicativa quando os sujeitos participantes de processos cooperativos e interação dialógica podem suscitar

discussões racionais e participar de uma evolução social e material, equilibradas às exigências do meio e mediadas pela integração entre a razão instrumental e razão comunicativa.

A batalha é pela reação do mundo da vida, no sentido de retomar seu lugar de atuação e permitir que os sujeitos, por intermédio do diálogo e dos elementos da cultura, da sociedade e da personalidade, alcancem um entendimento possível. Essa reflexão só será possível vislumbrando um processo de emancipação social, concebido sob perspectivas de sujeitos sociais agentes e participantes da sociedade, fundamentados em processos comunicativos de (re)construção sócio-culturais voltados à busca do entendimento intersubjetivo e às vivências solidárias no mundo cotidiano.

É importante dizer que as ações sociais são desempenhadas não visando apenas o entendimento interpessoal, mas também seus fins e interesses, porém, orientados pela razão comunicativa. Ou seja, os sujeitos precisam refletir sobre suas ações, de modo a entender a relação dos seus atos com o mundo sistêmico, para que assim possam intervir no desenvolvimento da própria lógica sistêmica, não

permitindo que tal lógica predomine sobre ações comunicativas, solidariedade e a integração social.

Iniciativas como as apresentadas ao longo do texto, de pensar a informação e processos informacionais pelo prisma da interação dialógica/discursiva e do entendimento mútuo, no domínio das reflexões e debates, constituem-se em germes impulsionadores do fortalecimento do mundo da vida, que atestam a viabilidade de tal intento. Pensar as competências dos profissionais da informação, voltadas ao fortalecimento dos mundos vividos, é mais um caminho possível e necessário, tanto pela via do discurso teórico, quando do discurso prático.

As avançadas ferramentas tecnológicas são disponibilizadas e precisam ser utilizadas por atores que assumam atitudes que viabilizem a reestruturação dos componentes do mundo da vida, porque o mundo sistêmico já se encontra deveras fortalecido. Por isso, os profissionais da informação precisam cada vez mais tomar para si a responsabilidade de mediadores motivados por "intenções interativas e integrativas", pois cabe a estes atores a função de conduzir a informação à sua dimensão humano e social, consagrando-a como célula do mundo vivido.

Pensar as competências de tais profissionais, necessárias para mediar a descolonização de MV, como apontado por Habermas, pode se constituir numa etapa fundamental ao encaminhamento de tal projeto. Refletir sobre tais questões se faz necessário, porquanto, são a reflexão crítica, a discussão e o debate sobre os fenômenos, que oportunizam o redesenho dos modelos de explicação de mundo, os paradigmas. Mas essa é uma sugestão que apresento para um trabalho futuro.

Por ora, vemos reafirmada a importância de pesquisas desenvolvidas na área da CI tendo como pano de fundo a perspectiva do reposicionamento do mundo da vida, chancelando, assim, o caráter social desse campo científico. Ao mesmo tempo, ergue-se a necessidade de que a ciência da informação, seus pesquisadores e profissionais instituem no seu labor atitudes comunicativas, de modo a continuarem, deliberada e conscientemente, nessa empreitada, conscientes do que é o fenômeno da informação e o seu aspecto ambivalente, como apontado por Demo, mas utilizando seu inestimável potencial para promover a integração social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila et al. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1719>> Acesso em: 15 Jan. 2013

_____. Teoria matemática da comunicação e a questão da interdisciplinaridade. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v.16, n.2, p. 545-570, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/viewFile/1508/1342>> Acesso em 15 Jan. 2013.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção social da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais**. Brasília, 1998. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

_____. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out01/Art_03.htm>. Acesso em: 21 mar. 2013.

ARDANS, Omar. Corpo e identidade na teoria da ação comunicativa de Habermas. **Psicologia Hospitalar**, v. 3, p. 2-7, 2005. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 de jul. 2013.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In Toutain, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 13-34.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <<http://www.publicpraxis.com/wp-content/uploads/2011/01/informationasthing.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de Informação. Trad. Ana Maria Pereira Cardoso; Maria da Glória A. Ferreira; Marco Antonio de Azevedo, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan/abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>> Acesso em: 05 Jan. 2013.

CHOO, Chun Wei. **A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. Trad. Eliana Rocha. 2 ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no**

caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/250>>. Acesso em: 24 Mai. 2012.

DIB, Simone Faury; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Administração discursiva: uma nova perspectiva para as bibliotecas universitárias brasileiras. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 92 – 118, 2013.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/17204>>. Acesso em: 07 Jan. 2014.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Novos paradigmas e novos usuários de informação. In: **Ciência da Informação**, São Paulo, v. 25 n. 2, p. 10, 24 ago. 1995. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/440/398>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

FIEDLER, R. C. P. A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 93-100, 2006. Disponível em:

<http://www.ung.br/revista_educacao/edicoes/01/cap_11_pg93.pdf> Acesso em: 27 ago. 2013.

FREITAS, Alexandre Vitor Figueira de. **A dimensão comunicativa na Ciência da Informação: um suporte teórico à compreensão da construção de sistemas de informação**. 2006. 158 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FROSE, Francisco Germano et al. **Habermas**. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~ballin/habermas2.doc>. Acesso em: 11 set. 2013.

GALVAO, Maria Cristiane Barbosa; BORGES, Paulo César Rodrigues. Ciência da informação: ciência recursiva no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2013.

GONÇALVES, Maria A. Teoria da Ação Comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XX, n. 66, p. 125-140, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a6.pdf> Acesso em: 13 de out. 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da informação: paradoxos e desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 19, n. 2, p.117-22, jul./dez. 1990. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1376>>. Acesso em: 14 Dez. 2012.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5 - 18, jan./jun.2001.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

_____. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: Gilda Maria Braga; Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília: IBICT: UNESCO, 2009^a, p. 177-204.

_____. Habermas, Informação e Argumentação. In: Alessandro Pinzani; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Delamar José Volpato Dutra. (Org.). **O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar**. 1ed. Florianópolis: NEFIPO, 2009^b, v., p. 115-138.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Justificação e a ação de informação no contexto da pragmática virtual. **Liinc em Revista**, v.6, n.2, p. 286-300, 2010. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/378/243>> Acesso em: 17 Dez. 2012.

_____. **Filosofia da linguagem e Ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais.** Rio de Janeiro, 2008, 176f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro. Zahar Editores.1982.

_____. **Técnica e ciência como ideologia.** Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Pensamento pós-metafísico:** estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa:** racionalidad de la acción y racionalización social. v. 1, Madrid: Taurus, 1999.

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa:** crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus: 2001. v. 2.

LE COADIC, Y-F. **Ciência da Informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Agir comunicativo, trabalho imaterial e sociedade da informação. In: Alessandro Pinzani; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima; Delamar José Volpato Dutra.

(Org.). **O pensamento vivo de Habermas: uma visão interdisciplinar**. 1ed. Florianópolis: NEFIPO, 2009, v. , p. 99-114.

MEDEIROS, José Washington de Moraes; FIDELIS, Marli Batista. "Cartadas do Jogo Informacional": a perspectiva dual da informação como matriz do mundo sistêmico e do mundo vivido. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 133-144, jan./abr. 2013.

Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/15798/9537>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

OLIVEIRA, Adil Antônio Alves. **A competência comunicativa como telos para o agir pedagógico**. 2003, 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

PINTO, Lourival Pereira. **Leitura e significados nos fluxos de informação**. 2009, 136 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo

Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>> Acesso em: 17 Nov. 2012.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Chicago: London: The University Press, 1949.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: Da compreensão do fenômeno e construção do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Fabiana Menezes da; LIMA, Clóvis Montenegro de; FERNANDES, Geni Chaves. Competência comunicativa: uma competência administrativa para o bibliotecário universitário Contemporâneo. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 119 – 133, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/infoprof/>>. Acesso em: 07 de Jan. 2014.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1>>. Acesso em: 28 Mai. 2013.

SILVA, Junia Guimarães; MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da Teoria da Ação Comunicativa. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set/dez 1996. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/475/434>>. Acesso em: 26 out. 2013.

ZANELLA, Diego Carlos. Filosofia e Sociedade: uma leitura a partir de Habermas. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 9/10, p. 629-639, set./out. 2010. Disponível em:

<<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1640/1034>>. Acesso em: 05 abr. 2013.